



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR
CORREGEDORIA - GERAL



RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DE 2018



Fevereiro 2019

Senhor Presidente:

Dirijo-me a Vossa Excelência para, de acordo com o artigo 14, inciso X, do Regimento Interno deste Tribunal, apresentar-lhe o Relatório referente às atividades executadas no exercício de 2018.

Após dois anos como Corregedor Geral da JME biênio (2016/2017), fui reeleito para permanecer no cargo de Juiz Corregedor Geral da JME por mais um biênio (2018/2019) gestão esta liderada pelo Sr. Presidente do TJM-RS, Juiz Militar Paulo Roberto Mendes Rodrigues, tendo como Vice-Presidente o Juiz Militar Antonio Carlos Maciel Rodrigues e como Corregedor-Geral este Juiz Civil Amilcar Fagundes Freitas Macedo, os quais foram empossados e iniciaram a gestão no dia 05 de fevereiro do ano de 2018.

I - Considerações iniciais

O ano judiciário de 2018 foi pautado inicialmente pela colocação das diretrizes do planejamento da nova gestão e a contribuição nos preparativos das comemorações dos 100 anos do Tribunal de Justiça Militar, cujo logotipo faz parte deste relatório (primeira página), com vários eventos comemorativos alusivos a data centenária do TJM-RS, bem como as comemorações dos 170 anos da Justiça Militar-RS, que se estenderam ao longo do corrente ano. Quanto às atividades referentes de Corregedoria, foi dado continuidade aos trabalhos que vinham sendo desenvolvidos na Corregedoria Geral e Auditorias da JME, com o atendimento das atividades específicas de Corregedoria, bem como da continuação nas revisões dos inquéritos policiais militares encaminhados para arquivo objetivando a verificação da necessidade de se realizar correições de prováveis dúvidas que possam ser sanadas nos feitos do 1º grau, com a intenção de efetivar o arquivamento indubitável do processo, sendo que neste ano houve uma diminuição das correições, possivelmente em função da qualidade das decisões nos feitos e processos dos magistrados (as) das Auditorias da Justiça Militar Estadual do RS.

No ano de 2018, além dos trabalhos referentes aos temas já mencionados acima, destaca-se de forma inédita o marco inicial da elaboração dos **Editais para publicação com rol de documentos antigos arquivados para fins de eliminação**, após avaliação do Juiz responsável pelo Projeto Memória e da Comissão de avaliação permanente, obedecendo a tabela de temporalidade da JME, conforme SPI Nº 000622-07.00/12-4 e Resolução nº 162/2016/TJM-RS.

Outro tema que continua em evidência é a “Questão prisional”, tendo em vista os esgotamentos das vagas no Presídio Policial Militar, aliando a interdição das celas junto ao 3º RPMon para onde se destinavam presos daquela região, motivo de reuniões periódicas com o Sr. Diretor do Presídio Policial Militar, bem como com o a Corregedoria Geral e o comando da Brigada Militar, no sentido de buscar soluções para o problema, procurou-se através de visitas, conhecer e buscar soluções as questões prisionais, junto ao presídio policial militar em Porto Alegre, bem como acompanhar e dar celeridade no que se refere à execução penal do preso policial militar, e principalmente buscar alternativas de possibilidades para que presos do regime aberto e semi-aberto possam trabalhar e obterem remissão das penas por trabalho e leitura.

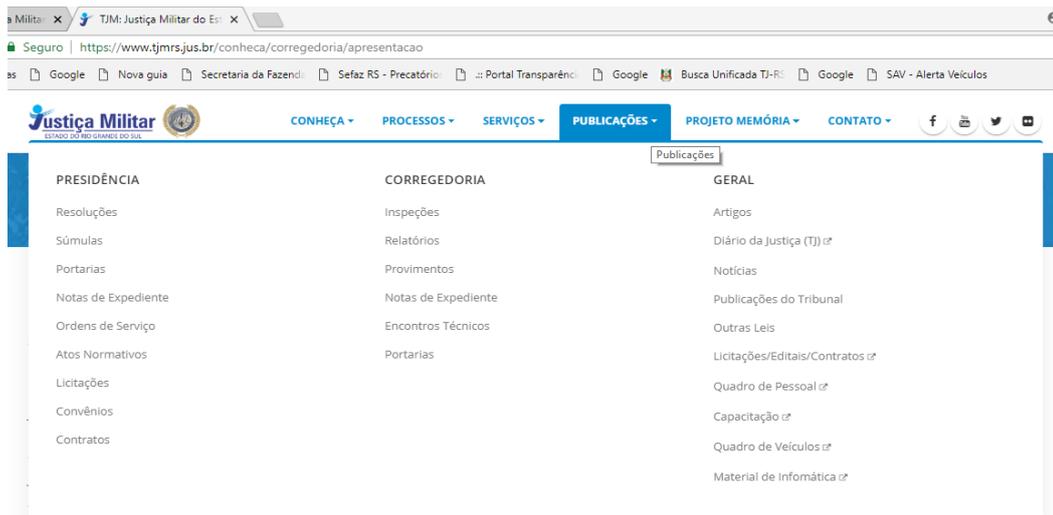
Nas reuniões com a Corregedoria Geral da Brigada Militar e o Comando da Brigada Militar, foi colocado como sugestão do Sr. Corregedor geral da JME, para que os presos do regime semiaberto sejam enviados para prestar serviços nos quartéis de suas regiões, desafogando a superlotação e gerando desta forma vagas no Presídio Militar de Porto Alegre.

II – Execução de atividades:

1.1 – Objetivando a transparência e gestão das informações a página do TJMRS na internet, foi modernizada e atualizada com um novo formato, que deu uma maior visibilidade e inserção dos trabalhos realizados, proporcionando a divulgação dos serviços disponíveis no Portal da Transparência, onde são postados os trabalhos e dados da Corregedoria.

Site da internet do TJM/RS – Corregedoria Geral

<https://www.tjms.jus.br/conheca/corregedoria/apresentacao>



Compete ao Corregedor-Geral o que preceitua o art. 14 do Regulamento Interno:

- proceder à correção:
 - nos autos de inquérito policial militar, quando não se tenha apurado a existência de crime ou transgressão disciplinar, desde que entenda haver crime a punir e indícios de sua autoria;
 - nos processos findos e nos inquéritos policiais militares arquivados pelo Juiz-Auditor;
 - nos autos em andamento nas Auditorias, de ofício ou por determinação do Tribunal Militar;
- submeter ao Tribunal de Justiça Militar, dentro de cinco (5) dias após a correção, os casos de arquivamento que considerados infundados;

1.1.1 - Publicação dos Relatórios Anuais e inspeções realizadas pela Corregedoria Geral da JME-RS.

<https://www.tjmrs.jus.br/conheca/corregedoria/publicacoes/relatorios-tab>

The screenshot shows a web browser window displaying the website of the Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul. The page is titled 'PUBLICAÇÕES' and has a navigation menu with options: 'CONHEÇA', 'PROCESSOS', 'SERVIÇOS', 'PUBLICAÇÕES', 'PROJETO MEMÓRIA', and 'CONTATO'. The 'RELATÓRIOS' tab is selected, showing a list of annual reports from 2010 to 2017. On the right side, there is a 'Conheça mais...' section with sub-sections for 'Apresentação', 'Metas', and 'Publicações'.

RELATÓRIOS
Relatório da Corregedoria-Geral JME-RS-2017
Relatório da Corregedoria-Geral JME-RS/2016
Relatório da Corregedoria-Geral JME-RS/2015
Relatório da Corregedoria-Geral JME-RS/2014
Relatório da Corregedoria-Geral JME-RS/2013
Relatório da Corregedoria-Geral JME-RS/2012
Relatório da Corregedoria-Geral JME-RS/2011
Relatório da Corregedoria-Geral JME-RS/2010

<https://www.tjmrs.jus.br/conheca/corregedoria/publicacoes/inspecoes-tab>

The screenshot shows the same website, but with the 'INSPEÇÕES IN LOCO' tab selected. The page displays a list of on-site inspections for the years 2017 and 2018. The left sidebar shows a navigation menu with options: '1ª Auditoria', '2ª Auditoria', 'Auditoria de Passo Fundo', 'Auditoria de Santa Maria', and 'Inspeções in loco'. The right side of the page is identical to the previous screenshot, with the 'Conheça mais...' section.

INSPEÇÕES IN LOCO
2018
Relatório de Inspeção - 2018 - 2ª Auditoria
Relatório de Inspeção - 2018 - 1ª Auditoria
2017
Relatório de Inspeção - 2017 - 1ª Auditoria

The screenshot shows the homepage of the Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul (TJMRS). The navigation menu is open, highlighting the 'PUBLICAÇÕES' section. The menu items are organized into three columns: PRESIDÊNCIA, CORREGEDORIA, and GERAL. The 'CORREGEDORIA' column is the focus of the subsequent screenshot.

PRESIDÊNCIA	CORREGEDORIA	GERAL
Resoluções	Inspecões	Artigos
Súmulas	Relatórios	Diário da Justiça (TJ) ↗
Portarias	Provimentos	Notícias
Notas de Expediente	Notas de Expediente	Publicações do Tribunal
Ordens de Serviço	Encontros Técnicos	Outras Leis
Atos Normativos	Portarias	Licitações/Edital/Contratos ↗
Licitações		Quadro de Pessoal ↗
Convênios		Capacitação ↗
Contratos		Quadro de Veículos ↗
		Material de Informática ↗

Organograma

Gestão

The screenshot displays the 'PROVIMENTOS' page, which lists administrative acts from 2017 and 2018. The page includes a navigation bar with tabs for 'Inspeções', 'Relatórios', 'Provimentos', 'Notas de Expediente', 'Encontros Técnicos', and 'Portarias'. The 'Provimentos' tab is active, showing a list of acts for each year.

Ano	Atos
2018	<ul style="list-style-type: none">PROVIMENTO Nº 40/2018: Orienta Procedimento lavratura Auto de Prisão em flagrante - JME-RSPROVIMENTO Nº 39/2018: Expediente Forense do dia 11/11/2018
2017	<ul style="list-style-type: none">PROVIMENTO Nº 38/2017: Adota a Resolução 137/2011 - CNJ que regulamenta o Banco Nacional de Mandados de Prisão.PROVIMENTO Nº 37/2017: Regula o pagamento de RPVs a sucumbência advocatícia decorrente de condenação do Estado.PROVIMENTO Nº 31.1/2017

1.1.2 – No campo “publicações” as Auditorias virtuais realizadas pela Corregedoria Geral em 2018, foram divulgadas no Site do TJM-RS.

<https://www.tjms.jus.br/conheca/corregedoria/publicacoes/inspecoes-tab>

The screenshot shows the website of the Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul (TJM-RS). The page is titled 'PUBLICAÇÕES' and features a navigation menu with options like 'CONHEÇA', 'PROCESSOS', 'SERVIÇOS', 'PUBLICAÇÕES', 'PROJETO MEMÓRIA', and 'CONTATO'. The main content area is divided into several tabs: 'Inspeções', 'Relatórios', 'Provimentos', 'Notas de Expediente', 'Encontros Técnicos', and 'Portarias'. The 'Inspeções' tab is active, displaying a list of virtual inspection reports for the '1ª Auditoria' in 2018. The reports listed are:

- Relatório de Inspeção Virtual nº 221/Cor-G/2018- 1ª Auditoria
- Relatório de Inspeção Virtual nº 213/Cor-G/2018 - 1ª Auditoria
- Relatório de Inspeção Virtual nº 209/Cor-G/2018- 1ª Auditoria
- Relatório de Inspeção Virtual nº 205/Cor-G/2018- 1ª Auditoria
- Relatório de Inspeção Virtual nº 201/Cor-G/2018- 1ª Auditoria
- Relatório de Inspeção Virtual nº 197/Cor-G/2018- 1ª Auditoria

The right sidebar contains a 'Conheça mais...' section with sub-sections for 'Apresentação', 'Metas', and 'Publicações'. The bottom of the page shows a taskbar with various application icons and a system clock indicating 19:20 on 07/02/2019.

The screenshot shows the same website as above, but with the 'AUDITORIA DE SANTA MARIA' page selected. The main content area displays a list of virtual inspection reports for the '3ª Auditoria' in 2018. The reports listed are:

- Relatório de Inspeção Virtual nº 219/Cor-G/2018- 3ª Auditoria
- Relatório de Inspeção Virtual nº 211/Cor-G/2018- 3ª Auditoria
- Relatório de Inspeção Virtual nº 207/Cor-G/2018- 3ª Auditoria
- Relatório de Inspeção Virtual nº 203/Cor-G/2018- 3ª Auditoria
- Relatório de Inspeção Virtual nº 199/Cor-G/2018- 3ª Auditoria
- Relatório de Inspeção Virtual nº 195/Cor-G/2018- 3ª Auditoria

The right sidebar and bottom taskbar are identical to the previous screenshot, showing the system clock at 19:22 on 07/02/2019.

1.1.3 - Dentro da realização das inspeções virtuais, alguns processos são, mensalmente, selecionados e publicados de forma a contribuir com a gestão das Auditorias.

Modelo: Exemplo – 2018



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

Corregedoria-Geral da Justiça Militar do Estado
(Relatório de Inspeção Virtual n.º 213/Cor-G/2018 - 1ª Auditoria)

Vistos em inspeção.

Aos cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, na sala da Corregedoria-Geral do Tribunal de Justiça Militar, nesta Capital, presente o JUIZ AMILCAR FAGUNDES FREITAS MACEDO, Corregedor-Geral da JME/RS, e o Assessor de Juiz, MURILO KVIETINSKI MACHADO, juntamente comigo, KELBEL SILVEIRA, auxiliar da Corregedoria-Geral, servindo de Escrivão, dou início à inspeção virtual, através do SEGA, nos processos em tramitação junto à 1ª Auditoria Militar de Porto Alegre, infra elencados. Os feitos e processos, por amostragem, são aqueles que merecem atenção junto à Auditoria. Sendo o que tinha para o momento, dou por encerrado o presente termo, que às 09h30min iniciou e às 11h30min, do mesmo dia, terminou. Vai assinado por todos.

MOVIMENTO DE RETORNO COM SENTENÇA				
Processo n.º	Conclusão para sentença	Retorno com sentença	Dias Diferença	Juiz da sentença
http://intranettjm/relatorios/processos/retorno com sentenca auditoria grafico/retorno com sentenca auditoria grafico.asp				
Obs.: a média/ano da 1ª Auditoria está em 3 (três) dias (gráfico SEGA "tempo médio").				

PROCESSOS DO 1º GRAU – METAS PODER JUDICIÁRIO				
Processo n.º	Recebimento Denúncia	Tipificação	Ultimo Movimento	Data
647/2015	19/08/15	Art. 177/298/299	Diligência cartorária	23/11/17
1685/2015	13/04/16	Art. 303/308	Prazo - Art 427, do CPPM	26/03/18
1758/2015	14/10/15	Art. 308	Audiência de qualif..e interrog	30/04/18
1817/2015	08/02/17	Art. 209	Diligência cartorária	22/03/18
27/2016	02/03/16	Art. 305	Carga ao MP	30/04/18
71/2016	23/03/16	Art. 209/223	Prazo - Art 427, do CPPM	26/04/18

AÇÕES CRIMINAIS					
Processo n.º	Recebimento Denúncia	Tipificação	Dias	Último Movimento	Data
1945/2010	12/01/11	Art. 315	2697	Intimação às partes	24/04/18
137/2018	29/11/11	Art. 1	2418	Expedição carta precatória	15/04/18
647/2015	19/08/15	Art. 177/298/299	1059	Diligência cartorária	23/11/17
1758/2015	14/10/15	Art. 308	961	Audiência de qualif..e interrog	30/04/18
27/2016	02/03/16	Art. 305	821	Carga ao MP	30/04/18
Obs.: meta base – 500 dias.					

AÇÕES CIVEIS

Processo n.º	Distribuição	Dias	Último Movimento	Data
487/2016	16/08/16	242		

Obs.: meta base – 150 dias.

**PROCESSOS EM ANDAMENTO E SEM MOVIMENTAÇÃO
PROVIMENTO 06/2015**

Processo n.º	Recebimento Denúncia	Tipificação	Dias	Último Movimento	Data
65/2017	17/03/17	Art. 209	113	Recebido do MP sem promoção	08/02/18
609/2016	21/11/16	Art. 312	232	Diligência cartorária	23/11/17
148/2016	28/04/16	Art. 240 §6º	154	Diligência cartorária	09/02/18
320/2017	14/08/17	Art. 319	142	Intimação às partes	10/01/18
647/2015	19/08/15	Art. 177/298/299	232	Diligência cartorária	23/11/17

Obs.: meta base – acima de 60 dias.

FEITOS DISTRIBUÍDOS E SEM MOVIMENTAÇÃO

Processo n.º	Distribuição	Dias sem movimentação
2587/2015	14/12/15	942

Obs.: meta base – acima de 30.

FEITOS E PROCESSOS FORA DA AUDITORIA

Processo n.º	Data fato	Dias	Último Movimento	Data
172/2010	17/01/09	3073	Remessa para diligências	12/02/10
729/2010	01/01/10	3013	Remessa para diligências	13/04/10
1211/2010	01/01/10	2976	Remessa para diligências	20/05/10
639/2011	25/02/10	2649	Remessa para diligências	12/04/11
1203/2011	02/08/08	2601	Remessa para diligências	30/05/11

Obs.: solicito verificar junto ao Órgão responsável, face ao tempo decorrido.

**PROCESSOS COM PREVISÃO DE PRESCRIÇÃO
RESOLUÇÃO 112-2010 DO CNJ**

Processo n.º	Data fato	Data denúncia	Prov. Presc.
432/2016	17/02/16	23/09/16	23/09/18

AMILCAR FAGUNDES FREITAS MACEDO,
Corregedor-Geral da JME/RS.

MURILO KVIETINSKI MACHADO,
Assessor de Juiz.

KELBEL SILVEIRA,
Auxiliar da Corregedoria-Geral da JME.

1.1.4 – Na página da Intranet, encontram-se os links onde se pode realizar consultas “feitos e processos” e alguns relatórios de gestão de forma a permitir um melhor controle sobre os feitos e processos em andamentos.

The image displays two screenshots of the TJM Intranet website. The top screenshot shows a banner for "EPROC CRIMINAL" with the text "A partir de 07/01/2019 o eproc da JME estará recebendo processos criminais" and a "SAIBA MAIS" button. Below the banner is a section for "eproc crime:" with a link to the "Manual de Boas Práticas". To the right is a "Ponto Eletrônico" login box with a "Senha" field and a "Registrar saída" button. The bottom screenshot shows a news section with three articles: "TJM Planejamento de compras 2019", "JC: Jornal da Lei - Nasce uma nova Justiça Militar", and "TJM presta homenagem ao Governador do Estado, Dr Eduardo Leite, com a entrega da medalha de Mérito Judiciário". A red arrow points from the third article to the sidebar. The sidebar contains a "Andamentos e Consultas" menu with options like "Administrativas", "Feitos e processos - 1G", "Feitos e processos - 2G", "Ouvidoria", "Corregedoria", "Relatórios CNJ", "Escalas e plantões do TJM", and "CNJ - Tabelas Unificadas". Below the menu is the "Agenda do Presidente" for the month of February.

Acesso aos relatórios dos feitos e processos – SEGA

1º Grau

Feitos e Processos

Consultas

- Consulta a processo por número do processo ou nome do envolvido
- Consulta a processo por nome ou número da OAB do advogado
- Distribuição de Processos
- Distribuição de Feitos
- Pauta de audiências no Primeiro Grau

Relatórios de gestão do 1º Grau [Provimento nº 03 de 31/03/2015](#)
Validação: Ata da reunião

Relatórios	Gráficos
<ul style="list-style-type: none">• Controle das metas mensal - Poder Judiciário (PDF)• Movimento de retorno com sentença (meta: 10 dias)• Ações criminais - Em andamento (meta: 500 dias)• Ações criminais - Tempo médio (do recebimento da denúncia a sentença)• Ações civis - Em andamento (meta: 150 dias)• Ações civis - Tempo médio (da distribuição a sentença)• Processos em andamento e sem movimentação (60 dias)• Feitos distribuídos e sem movimentação (contagem de dias)• Feitos e processos fora da auditoria (contagem de dias)• Processos remetidos a outros órgãos de forma definitiva• Militares condenados - 1º Grau (nominal e quantitativo)	<ul style="list-style-type: none">• Feitos Distribuídos• Processos Distribuídos• Ações criminais - Tempo médio (do recebimento da denúncia a sentença)• Ações civis - Tempo médio (da distribuição a sentença)• Sentenças Publicadas• Tempo médio "Retorno com sentença por Auditoria"• Militares Condenados• Denúncias/Delitos recebidos por ano• Condenações por delitos (ano do processo)• Metas CNJ<ul style="list-style-type: none">• Meta 1

Relatórios de gestão do 1º Grau [Provimento nº 03 de 31/03/2015](#)
Validação: Ata da reunião

Relatórios	Gráficos
<ul style="list-style-type: none">• Controle das metas mensal - Poder Judiciário (PDF)• Movimento de retorno com sentença (meta: 10 dias)• Ações criminais - Em andamento (meta: 500 dias)• Ações criminais - Tempo médio (do recebimento da denúncia a sentença)• Ações civis - Em andamento (meta: 150 dias)• Ações civis - Tempo médio (da distribuição a sentença)• Processos em andamento e sem movimentação (60 dias)• Feitos distribuídos e sem movimentação (contagem de dias)• Feitos e processos fora da auditoria (contagem de dias)• Processos remetidos a outros órgãos de forma definitiva• Militares condenados - 1º Grau (nominal e quantitativo)• Processos com previsão de prescrição (Res. 112-2010, do CNJ)• Sentenças publicadas no período• Feitos e Processos (Geral)• Feitos e Processos - Lei 13491/2017	<ul style="list-style-type: none">• Feitos Distribuídos• Processos Distribuídos• Ações criminais - Tempo médio (do recebimento da denúncia a sentença)• Ações civis - Tempo médio (da distribuição a sentença)• Sentenças Publicadas• Tempo médio "Retorno com sentença por Auditoria"• Militares Condenados• Denúncias/Delitos recebidos por ano• Condenações por delitos (ano do processo)• Metas CNJ<ul style="list-style-type: none">• Meta 1• Meta 2• Meta 4• Meta Específica• Envio das metas

Relatórios Gerais

- Juízo de Cooperação
- Atividades Complementares

Processo Execução Criminal - PEC
Validação: Ata da reunião

1.1.5 - Movimento de retorno com sentença (meta: 10 dias)

Portal de Justiça Militar - INTR: x x +

intranettjm/intranet/corregedoria/relatorios/movimentos_sentenca_ordem_dias.asp

Notícias Google Nova guia Secretaria da Fazenda SFA Sefaz RS - Precatório Portal Transparência Google Busca Unificada TJ-RS Google SAV - Alerta Veículos Outros

SEG Sistema Eletrônico de Gestão Administrativa

CORREGEDORIA

[Voltar para Feitos e Processos](#)

Relatório sentenças (movimentos 1087 inseridos no ano 2018 - meta:10 dias)

Auditoria Ano

Total de processos: 41
Média de dias: 3

Nº Processo	Conclusão para sentença (1087)	Retorno com sentença (1088)	Dias diferença ▼	Decisão	Juiz da Sentença
1000159 /2016	24/07/2018 (terça-feira)	14/08/2018 (terça-feira)	21	Q	Juiz do Processo: Dr Francisco Juiz da Sentença: Dra Karina
1000445 /2016	24/07/2018 (terça-feira)	09/08/2018 (quinta-feira)	16	Q	Dra Karina
1000610 /2017	13/04/2018 (sexta-feira)	23/04/2018 (segunda-feira)	10	Q	Dra Karina
1000004 /2017	29/05/2018 (terça-feira)	06/06/2018 (quarta-feira)	8	Q	Juiz do Processo: Dr Francisco Juiz da Sentença: Dra Karina
1000298 /2018	13/11/2018 (terça-feira)	20/11/2018 (terça-feira)	7		Dra Karina
1000293 /2017	21/03/2018 (quarta-feira)	27/03/2018 (terça-feira)	6	Q	Dra Karina
1000604 /2017	14/06/2018 (quinta-feira)	20/06/2018 (quarta-feira)	6	Q	Dra Karina

1.1.6 – Ações criminais (meta: 500 dias)

Portal de Justiça Militar - INTR: x x +

intranettjm/relatorios/processos/acoes_criminais_em_andamento_meta_500dias.asp

Notícias Google Nova guia Secretaria da Fazenda SFA Sefaz RS - Precatório Portal Transparência Google Busca Unificada TJ-RS Google SAV - Alerta Veículos Outros

SEG Sistema Eletrônico de Gestão Administrativa

Ações criminais (meta:500 dias)

SEGA / Relatórios / Ações criminais (meta:500 dias)

Auditoria:

Total de processos: 107
Média de dias: 391

Processo	Classe processual	Rec. Denúncia (1004)	Meta: 500 dias ▼
1001402-2014	Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	13/10/2015	1219
1004628-2013	Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	21/10/2015	1211
1000467-2018	Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	03/02/2016	1106
1000020-2016	Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	05/02/2016	1104
1002502-2014	Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	23/02/2016	1086
1000212-2016	Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	30/06/2016	958
1000280-2016	Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	06/07/2016	952
1000400-2016	Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	19/09/2016	877
1000190-2016	Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	07/11/2016	828
1000500-2016	Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	07/12/2016	798
1000541-2016	Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	10/01/2017	764

1.1.7 – Ações cíveis (meta: 150 dias)

mal de Justiça Militar - INTR: x | SEGA x +

intranetjtm/relatorios/processos/acoes_civeis_em_andamento_meta_150dias.asp

Notícias | Google | Nova guia | Secretaria da Fazenda: Sefaz RS - Precatório: Portal Transparênc: Busca Unificada TJ-R: SAV - Alerta Veículos | Out

SEGA Sistema Eletrônico de Gestão Administrativa

Ações cíveis (Meta: 150 dias)

SEGA / Relatórios / Ações cíveis (Meta: 150 dias)

Auditoria:
3ª Auditoria

Total de processos: 5
Média de dias da auditoria: 113

Processo	Classe processual	Distribuição (1001)	Meta: 150 dias ▼
1000385-2017	Procedimento Ordinário Cível	14/09/2017	271
1000001-2018	Mandado de Segurança (Cível)	10/01/2018	209
1000413-2018	Procedimento Ordinário Cível	09/09/2018	82
1000510-2016	Procedimento Ordinário Cível	03/11/2016	2
1000085-2016	Procedimento Ordinário Cível	29/02/2016	2

Legenda

Códigos que excluem o processo do relatório 1003, 1012, 1015, 1024, 1028, 1050, 1054, 1056, 1080, 1088, 1095, 1099, 1119, 1125, 1195, 1238, 1241, 1220, 1414, 1415 O relatório mostra somente: Mandado de Segurança (Cível) e Procedimento Ordinário cível.

1.1.8 – Processos em andamento e sem movimentação (60 dias)

mal de Justiça Militar - INTR: x | Processos em andamento e sem: x +

intranetjtm/relatorios/processos/tempo_sem_movimentacao.asp

Notícias | Google | Nova guia | Secretaria da Fazenda: Sefaz RS - Precatório: Portal Transparênc: Busca Unificada TJ-R: SAV - Alerta Veículos | C

SEGA Sistema Eletrônico de Gestão Administrativa

Processos em andamento e sem movimentação (60 dias)

SEGA / Relatórios / Processos em andamento e sem movimentação (60 dias)

Auditoria:
4ª Auditoria

Total de processos: 67
Média de dias: 8

Processo ▲ ▼	Classe processual	Data fato ▲ ▼	Distribuição ▲ ▼	Último andamento ▲ ▼	Dias ▲ ▼
1000009-2018	Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	01/01/2013	18/01/2018	17/01/2019	27
1000017-2018	Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	04/02/2018	06/02/2018	08/02/2019	5
1000018-2017	Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	12/08/2016	17/01/2017	06/02/2019	7
1000025-2018	Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	17/12/2016	31/01/2018	07/11/2018	98
1000030-2018	Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	29/09/2017	02/02/2018	07/02/2019	6
1000034-2018	Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	28/10/2017	20/02/2018	31/01/2019	13
1000039-2018	Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	19/10/2017	23/02/2018	18/01/2019	26
1000047-2018	Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	22/12/2017	28/02/2018	10/12/2018	65
1000053-2018	Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	17/08/2017	23/03/2018	11/02/2019	2
1000067-2018	Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	24/09/2017	04/04/2018	23/01/2019	21
1000068-2018	Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	31/12/2017	16/04/2018	06/02/2019	7

1.1.9–Feitos distribuídos e sem movimentação (contagem de dias)

nal de Justiça Militar- INTR: x Feitos distribuídos e sem movim: x +

intranetjm/relatorios/processos/distribuidos_sem_movimentacao_1.asp

SEGA / Relatórios / Feitos distribuídos e sem movimentação (contagem de dias)

Auditoria: 3ª Auditoria

Total de processos: 15
Média de dias da auditoria: 66

Processo	Distribuídos em (1001)	Dias sem movimentação
1000507-2018	19/11/2018	86
1000516-2018	07/12/2018	68
1000558-2018	17/12/2018	58
1000564-2018	18/12/2018	57
1000522-2018	07/12/2018	68
1000547-2018	10/12/2018	65
1000572-2018	18/12/2018	57
1000565-2018	18/12/2018	57
1000501-2018	19/11/2018	86
1000509-2018	19/11/2018	86
1000534-2018	10/11/2018	66

1.1.10 – Feitos e processos fora da Auditoria (contagem de dias)

intranetjm/relatorios/processos/tempo_processo_fora_auditoria_1.asp

SEGA / Relatórios / Feitos e processos fora da Auditoria (contagem de dias)

Auditoria: 1ª Auditoria

Total de processos: 171
Média de dias da auditoria: 250

Processo	Classe processual	Data fato	Data último andamento	Número de dias	Último movimento
1000172-2010	Termo Circunstanciado	17/01/2009	12/02/2010	3288	Remessa para diligências
1000729-2010	Carta Precatória Criminal	01/01/2010	13/04/2010	3228	Remessa para diligências
1001211-2010	Carta Precatória Criminal	01/01/2010	20/05/2010	3191	Remessa para diligências
1000639-2011	Termo Circunstanciado	25/02/2010	12/04/2011	2864	Remessa para diligências
1001203-2011	Representação - notícia crime	02/08/2008	30/05/2011	2816	Remessa para diligências
1001651-2011	Termo Circunstanciado	01/01/2011	15/07/2011	2770	Remessa para diligências
1001747-2011	Carta Precatória Criminal	01/01/2011	11/07/2011	2774	Carga ao autor
1002251-2013	Carta Precatória Criminal	01/01/1900	17/07/2013	2037	Remessa para diligências
1000147-2015	Representação - notícia crime	01/05/2014	23/02/2015	1451	Remessa para diligências
1000221-2016	Inquérito Policial Militar	03/06/2015	13/06/2016	975	Vista ao MP

1.1.11 – Sentenças Publicadas

Trabalho de Justiça Militar - INTR: x | Sentenças publicadas x +

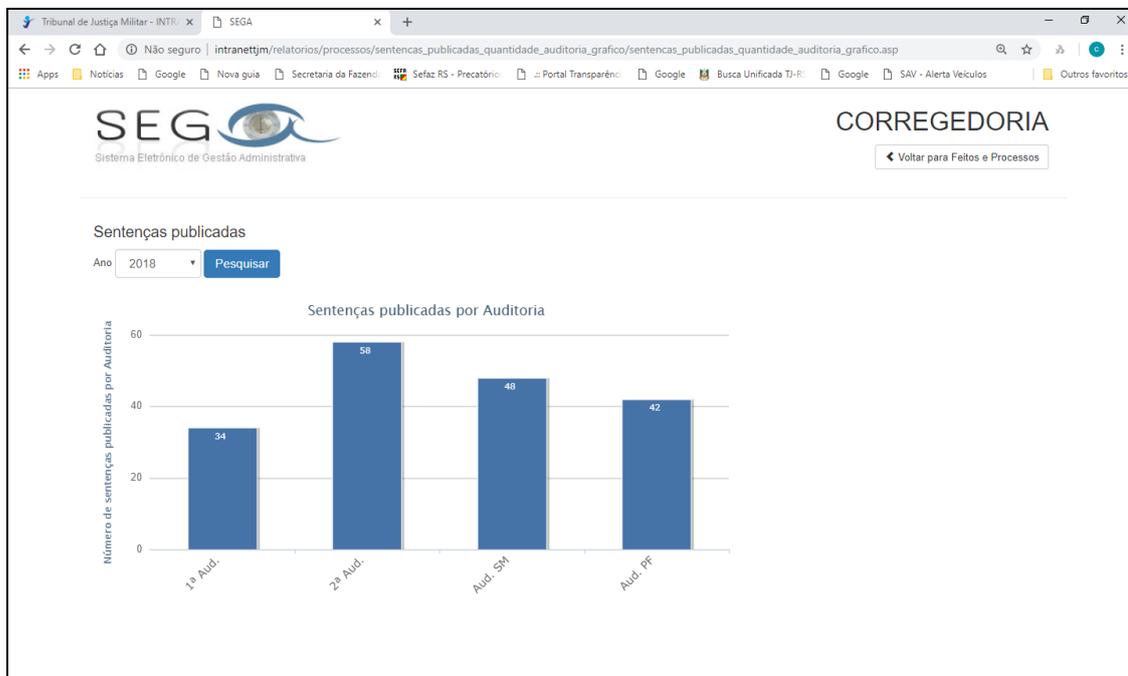
intranetjtm/relatorios/processos/tjmModAdmProcControlePubSent.asp

SEGA / Relatórios / Sentenças publicadas

Auditoria: 2ª Auditoria Ano: 2018 [Buscar]

Total de processos: 60

Processo	Classe	Data Conclusão para sentença	Data Retorno com sentença	Decisão	Juiz	Juiz da Sentença
1003188-2010	Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	22/06/2018	24/03/2014	Q	Dra Dione	Dra Dione
1003188-2010	Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	22/06/2018	26/06/2018	Q	Dra Dione	Dra Dione
1003552-2010	Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	22/02/2018	19/12/2014	Q	Dra Maria Emilia	Dr Alexandre
1003552-2010	Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	22/02/2018	22/02/2018	Q	Dra Maria Emilia	Dr Alexandre
1001475-2014	Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	14/06/2018	14/06/2018	Q	Dra Maria Emilia	Dr Alexandre
1001490-2014	Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	26/03/2018	27/03/2018	Q	Dra Maria Emilia	Dr Alexandre
1002553-2014	Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	22/06/2018	29/06/2018	Q	Dra Maria Emilia	Dr Alexandre
1002918-2014	Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	16/02/2018	16/02/2018	Q	Dra Maria Emilia	Dra Dione
1000432-2015	Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	12/03/2018	14/03/2018	Q	Dra Dione	
1000444-2015	Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	15/02/2018	15/02/2018	Q	Dra Maria Emilia	Dra Dione



1.2. – Controle das metas do 1º grau da JME-RS – 2018, de acordo com as metas nacionais, seguidas pelo Núcleo de Gestão Estratégico TJM.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR



Metas Nacionais do Poder Judiciário/2018

1.2.1 - Módulo de Produtividade Mensal do Poder Judiciário – juízes e serventias judiciárias de 1º Grau –JME-RS - 2018

Provimento n.º 49, de 18 de agosto de 2015, da Corregedoria Nacional de Justiça, no Sistema de Estatística do Poder Judiciário – SIESPJ (Justiça em Números), regulado pela Resolução CNJ n.º 76/2009. Conforme o Provimento n.º 49, que institui o módulo de produtividade mensal e sua integração ao Sistema de Estatística do Poder Judiciário – SIESPJ.

Dados numéricos totais das Auditorias Militares de 1º Grau da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul das serventias (auditorias)

Produtividade das serventias judiciárias do 1º grau (auditorias militares estaduais e os Conselhos de Justiça)						
Abreviaturas	Perguntas CNJ	1º Auditoria	2º Auditoria	Auditoria SM	Auditoria PF	Total 2018
CartaD1º	Cartas precatórias, rogatórias e de ordem devolvidas pelo 1º grau	6	12	4	5	27
CartaN1º	Cartas precatórias, rogatórias e de ordem novas (ingressadas) no 1º grau	10	15	7	8	40

CnCrim 1º	Casos Novos de conhecimento no 1º Grau Criminais	79	79	54	64	276
CnCNCrim 1º	Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais	20	20	31	6	77
CpCCrim 1º	Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Criminais	96	131	103	68	398
CpCNCrim 1º	Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Não - Criminais	20	5	39	2	66
ExeJudCrim 1º	Execuções Penais no 1º Grau	23	17	25	26	91
ExeJudNCrim 1º	Execuções Judiciais no 1º Grau, exceto execuções penais	2	4	0	1	7
ExeJudPCrim 1º	Execuções Penais Pendentes no 1º Grau	60	69	59	41	229
ExeJudPNCrim 1º	Execuções Judiciais Pendentes no 1º Grau, exceto execuções penais	3	2	1	2	8
PRedCCrim1º	Processos de conhecimento no 1º Grau Criminais encaminhados a outra unidade judiciária por motivo de Redistribuição	0	0	0	0	0
PRedCNCrim1º	Processos de Conhecimento no 1º Grau Não-criminais encaminhados a outra unidade judiciária por motivo de Redistribuição	1	2	0	0	3
PRedRCCrim1º	PRedRCCrim1º - Processos de Conhecimento no 1º Grau Criminais recebidos de outra unidade judiciária por motivo de Redistribuição	0	0	0	0	0
PRedRCNCrim1º	PRedRCNCrim1º - Processos de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais recebidos de outra unidade judiciária por motivo de Redistribuição	0	0	0	0	0
ProclnvArq1º	Procedimentos Investigatórios Arquivados no 1º Grau	631	671	125	319	1.746
ProclnvN1º	Procedimentos Investigatórios Novos no 1º Grau	739	750	542	316	2.347
ProclnvP1º	Procedimento Investigatórios Pendentes no 1º Grau	164	146	600	68	978
RIntC1º	Recursos Internos no 1º Grau na fase de conhecimento	1	0	2	0	3
RIntCP1º	Recursos Internos Pendentes no 1º Grau na fase de conhecimento	0	0	0	0	0
SuSC1º	Processos de Conhecimento Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º Grau	1	6	0	0	7
JBaixCCrim 1º	Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau Criminais	35	85	45	42	207
JBaixCNCrim 1º	Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau Não-Criminais	18	41	19	15	93
JBaixJudCrim 1º	Total de Processos Baixados de Execução Penal no 1º Grau	24	37	111	39	211
JBaixJudNCrim 1º	Total de Processos Baixados de Execução Judicial no 1º Grau, exceto execuções penais	0	1	0	1	2

1º Auditoria – Relatório dados da produtividade – Provimento nr 49 /2015/CNJ – Ano 2018

Abreviaturas	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	total
CartaD1º	0	0	0	1	0	1	1	1	0	0	0	2	6
CartaN1º	0	0	1	0	1	0	2	1	2	1	0	2	10
CnCrim 1º	5	2	13	3	8	7	5	9	11	6	9	1	79
CnCNCrim 1º	2	0	1	1	2	2	1	2	3	3	3	0	20
CpCCrim 1º	61	60	71	62	67	72	74	79	86	89	96	96	96
CpCNCrim 1º	17	19	15	16	12	14	14	15	17	19	21	20	20
ExeJudCrim 1º	0	1	3	0	8	2	0	1	4	3	1	0	23
ExeJudNCrim 1º	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	2
ExeJudPCrim 1º	62	56	57	55	62	59	59	54	56	58	60	60	60
ExeJudPNCrim 1º	0	1	1	1	2	2	2	2	2	2	3	3	3
PRedCCrim1º	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

2º auditoria - Relatório dados da produtividade – Provimento nr 49 /2015/CNJ – ano 2018

Abreviaturas	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	total
CartaD1º	0	1	1	0	1	2	2	0	3	1	0	1	12
CartaN1º	1	1	1	1	3	0	2	0	4	1	0	1	15
CnCrim 1º	5	0	0	6	9	4	17	11	13	8	3	3	79
CnCNCrim 1º	0	0	0	3	4	2	2	3	1	1	2	2	20
CpCCrim 1º	102	96	98	96	102	99	99	119	127	130	131	131	131
CpCNCrim 1º	6	6	8	11	12	14	15	12	10	10	6	5	5
ExeJudCrim 1º	0	0	3	2	1	0	0	0	3	2	6	0	17
ExeJudNCrim 1º	0	0	0	0	0	0	2	2	0	0	0	0	4
ExeJudPCrim 1º	74	75	75	72	75	74	74	68	70	65	69	69	69
ExeJudPNCrim 1º	0	0	0	0	0	0	0	2	2	2	2	2	2

Auditoria Santa Maria - Relatório dados da produtividade – Provimento nr 49 /2015/CNJ – Ano 2018

Abreviaturas	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	total
CartaD1º	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	4
CartaN1º	0	1	0	2	0	1	1	0	0	0	1	1	7
CnCrim 1º	7	5	1	13	4	4	6	6	4	1	3	2	56
CnCNCrim 1º	3	2	3	1	4	2	6	0	1	2	3	4	31
CpCCrim 1º	83	97	98	103	92	96	94	100	103	102	105	103	103
CpCNCrim 1º	30	32	35	36	34	37	38	34	34	34	37	39	39
ExeJudCrim 1º	0	0	2	2	4	1	9	1	0	3	3	0	25
ExeJudNCRim 1º	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ExeJudPCrim 1º	60	57	56	58	59	56	55	56	54	56	59	59	59
ExeJudPNCrim 1º	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1

Auditoria Passo Fundo - Relatório dados da produtividade – Provimento nr 49 /2015/CNJ – Ano 2018

Abreviaturas	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	total
CartaD1º	0	1	0	0	0	1	0	0	1	1	0	1	5
CartaN1º	0	1	0	0	2	0	0	1	1	1	1	1	8
CnCrim 1º	1	5	1	2	5	9	3	4	8	7	6	13	64
CnCNCrim 1º	0	0	2	0	1	0	1	0	1	0	0	1	6
CpCCrim 1º	47	46	40	38	38	42	43	41	47	52	56	68	68
CpCNCrim 1º	9	8	5	1	2	1	2	2	2	2	1	2	2
ExeJudCrim 1º	3	1	6	0	4	0	5	2	1	0	1	3	26
ExeJudNCRim 1º	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
ExeJudPCrim 1º	49	50	54	54	53	46	47	48	46	42	40	41	41
ExeJudPNCrim 1º	2	2	2	1	1	1	1	2	2	2	2	2	2

Fonte: SEGA, PJE - TJM-RS.

Porto Alegre, 12 de fevereiro de 2018.

**1.2.2 - Módulo de Produtividade Mensal do Poder Judiciário
por juiz em serventias judiciárias de 1º Grau –JME-RS-2018**

Produtividade dos Magistrados: 1º Grau		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Abreviaturas	Perguntas CNJ													
Aud1º	Audiências Realizadas em Processos de 1º Grau													
137466	Juiz Francisco	7	3	6	16	11	10	1	8	12	17	10	6	107
137470	Juíza Karina	0	0	3	17	17	19	0	10	10	6	9	8	89
137467	Juiz Alexandre	0	0	31	20	0	21	23	18	16	8	23	34	194
137471	Juíza Dione	11	17	0	12	39	21	23	18	16	8	19	13	197
137469	Juíza Eliane	13	6	0	7	10	13	21	11	19	23	2	12	137
137472	Juíza Viviane	0	3	20	13	6	6	0	15	6	6	29	6	110
137468	Juíza Mariluce	14	4	23	21	20	38	23	29	5	21	37	7	242
137469	Juíza Eliane Substituiu Setembro e outubro_PF	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	-	-	0
137472	Juíza Viviane substituiu_PF Fevereiro	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
137468	Juíza Mariluce substituiu SM Fevereiro, março e dezembro	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	5
Declnt1º	Decisões Interlocutórias no 1º Grau													
137466	Juiz Francisco	24	20	39	39	30	32	47	44	26	22	30	35	388
137470	Juíza Karina	18	18	47	31	37	31	39	27	35	23	26	33	365
137467	Juiz Alexandre	0	0	5	5	0	5	33	42	41	56	25	47	259
137471	Juíza Dione	11	9	0	4	11	4	34	42	41	56	62	24	298
137469	Juíza Eliane	4	3	0	3	9	17	10	3	7	6	2	12	76
137472	Juíza Viviane	0	7	9	3	7	7	0	7	5	2	11	4	62
137468	Juíza Mariluce	1	1	4	7	25	31	30	18	6	20	36	15	194

137469	Juíza Eliane Substituiu Setembro e outubro_PF	-	-	-	-	-	-	-	-	20	0	-	-	20
137472	Juíza Viviane substituiu_PF Fevereiro	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
137468	Juíza Mariluce substituiu SM Fevereiro, março e dezembro	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	9
DecJudCrim1º	Decisões em Execuções Judiciais Criminais no 1º grau													
137466	Juiz Francisco	0	0	0	0	1	0	0	0	0	3	1	0	5
137470	Juíza Karina	0	0	0	0	0	0	0	2	2	1	0	0	5
137467	Juiz Alexandre	0	0	1	2	0	2	4	6	9	7	2	4	37
137471	Juíza Dione	7	7	0	0	3	2	5	6	9	6	7	0	52
137469	Juíza Eliane	0	0	0	1	0	1	2	1	0	1	1	0	7
137472	Juíza Viviane	1	0	5	4	3	0	0	1	0	1	1	0	14
137468	Juíza Mariluce	4	1	2	10	8	4	5	4	3	2	1	2	46
137469	Juíza Eliane Substituiu Setembro e outubro_PF	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	-	-	0
137472	Juíza Viviane substituiu_PF Fevereiro	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
137468	Juíza Mariluce substituiu SM Fevereiro, março e dezembro	-	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
RIntCJ1º	Recursos Internos Julgados no 1º Grau na Fase de Conhecimento													
137466	Juiz Francisco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
137470	Juíza Karina	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
137467	Juiz Alexandre	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
137471	Juíza Dione	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

137469	Juíza Eliane	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	2
137472	Juíza Viviane	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
137468	Juíza Mariluce	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
137469	Juíza Eliane Substituiu Setembro e outubro_PF								0	0				0
137472	Juíza Viviane substituiu_PF Fevereiro	0												0
137468	Juíza Mariluce substituiu SM Fevereiro, março e dezembro	0	0										0	0
SentCCMCrim 1º	Sentenças de Conhecimento com Julgamento de Mérito no 1º Grau Criminais													
137466	Juiz Francisco	1	2	2	0	2	3	1	6	3	0	2	1	23
137470	Juíza Karina	0	0	1	4	0	3	0	3	0	1	4	1	17
137467	Juiz Alexandre	0	3	5	7	0	3	6	3	0	3	3	0	33
137471	Juíza Dione	3	3	2	2	2	3	1	2	5	3	0	3	29
137469	Juíza Eliane	1	1	0	1	1	1	3	2	2	2	2	3	19
137472	Juíza Viviane	0	1	4	3	2	0	0	1	1	0	6	1	19
137468	Juíza Mariluce	0	12	7	4	5	5	2	6	1	2	2	1	47
137469	Juíza Eliane Substituiu Setembro e outubro_PF								0	0				0
137472	Juíza Viviane substituiu_PF Fevereiro	0												0
137468	Juíza Mariluce substituiu SM Fevereiro, março e dezembro	0	0										0	0
SentCCMNCrim 1º	Sentenças de Conhecimento com Julgamento de Mérito no 1º Grau Não-													

	Criminais													
137466	Juiz Francisco	0	0	1	0	0	0	3	0	1	0	0	2	7
137470	Juíza Karina	2	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	3
137467	Juiz Alexandre	0	0	0	0	0	0	0	5	0	4	3	3	15
137471	Juíza Dione	2	1	0	0	0	0	0	2	2	2	0	2	11
137469	Juíza Eliane	0	2	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	4
137472	Juíza Viviane	0	1	3	2	0	1	0	0	2	0	0	0	9
137468	Juíza Mariluce	2	0	1	4	0	1	0	0	1	0	1	0	10
137469	Juíza Eliane Substituiu Setembro e outubro_PF								0	0				0
137472	Juíza Viviane substituiu_PF Fevereiro		1											1
137468	Juíza Mariluce substituiu SM Fevereiro, março e dezembro		0	0									0	0
SentCSMCrim 1º	Sentenças de Conhecimento sem Julgamento de Mérito no 1º Grau Criminais													
137466	Juiz Francisco	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	3
137470	Juíza Karina	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
137467	Juiz Alexandre	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
137471	Juíza Dione	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2
137469	Juíza Eliane	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2
137472	Juíza Viviane	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
137468	Juíza Mariluce	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
137469	Juíza Eliane Substituiu Setembro, março e outubro								0	0				0

	PF												
137472	Juíza Viviane substituiu_PPF Fevereiro	0											0
137468	Juíza Mariluce substituiu SM Fevereiro, março e dezembro	0	0									0	0
SentCSMNCrim 1º	Sentenças de Conhecimento sem de Julgamento de Mérito no 1º Grau Não-Criminais												
137466	Juíza Francisco	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
137470	Juíza Karina	0	0	0	0	1	0	1	0	0	1	1	5
137467	Juíza Alexandre	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
137471	Juíza Dione	0	0	0	1	2	0	0	0	0	0	0	3
137469	Juíza Eliane	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
137472	Juíza Viviane	0	0	1	1	0	0	0	1	0	0	0	3
137468	Juíza Mariluce	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
137469	Juíza Eliane Substituiu Setembro e outubro_PPF									0	0		0
137472	Juíza Viviane substituiu_PPF Fevereiro	0											0
137468	Juíza Mariluce substituiu SM Fevereiro, março e dezembro	0	2									0	2
SentJudcrimNPL 1º	Sentenças em Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º grau												
137466	Juíza Francisco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
137470	Juíza Karina	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
137467	Juíza Alexandre	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
137471	Juíza Dione	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

137469	Juíza Eliane	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
137472	Juíza Viviane	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
137468	Juíza Mariluce	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
137469	Juíza Eliane Substituiu Setembro e outubro_PPF									0	0		0
137472	Juíza Viviane substituiu_PPF Fevereiro	0											0
137468	Juíza Mariluce substituiu SM Fevereiro, março e dezembro	0	0									0	0
SentJudCrim 1º	Sentenças em execução Penal no 1º Grau												
137466	Juíza Francisco	0	0	3	0	0	5	0	1	1	0	1	11
137470	Juíza Karina	0	0	0	0	0	0	0	5	3	1	0	9
137467	Juíza Alexandre	0	1	3	4	0	0	0	0	0	4	0	13
137471	Juíza Dione	2	2	0	1	1	4	2	0	2	2	1	17
137469	Juíza Eliane	1	0	0	0	0	1	2	1	0	0	0	5
137472	Juíza Viviane	0	3	0	0	0	0	0	1	0	0	1	5
137468	Juíza Mariluce	4	0	2	0	2	7	3	1	0	1	3	25
137469	Juíza Eliane Substituiu Setembro e outubro_PPF									2	0		2
137472	Juíza Viviane substituiu_PPF Fevereiro	0											0
137468	Juíza Mariluce substituiu SM Fevereiro, março e dezembro	0	0									0	0
SentJudNCrim 1º	Sentenças em execução Judicial no 1º Grau, exceto sentenças em execução penal												
137466	Juíza Francisco	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2

137470	Juíza_Karina	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
137467	Juiz Alexandre	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
137471	Juíza Dione	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
137469	Juíza Eliane	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
137472	Juíza Viviane	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
137468	Juíza Mariluce	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
137469	Juíza Eliane Substituiu Setembro e outubro_PF								0	0				0
137472	Juíza Viviane substituiu_PF Fevereiro		0											0
137468	Juíza Mariluce substituiu SM Fevereiro, março e dezembro		0	0									0	0
	Sentenças Proferidas nas Demais Classes Processuais no 1º Grau													
137466	Juiz Francisco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
137470	Juíza_Karina	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
137467	Juiz Alexandre	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
137471	Juíza Dione	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
137469	Juíza Eliane	10	26	0	0	7	18	13	25	11	37	4	29	180
137472	Juíza Viviane	1	9	25	51	6	9	0	27	13	22	37	17	217
137468	Juíza Mariluce	0	0	0	0	1	1	2	0	0	1	1	1	7
137469	Juíza Eliane Substituiu Setembro e outubro_PF								0	0				0
137472	Juíza Viviane substituiu_PF Fevereiro		0											0
137468	Juíza Mariluce substituiu SM Fevereiro, março e dezembro		0	1									0	1

1.2.3 – Metas Nacionais do Poder Judiciário-2018 – NGE-JME-RS

AUDITORIAS DA JME-RS - 2018

Metas Nacionais do Poder Judiciário/2018

AUDITORIAS DA JME-RS - 2018

META 1 – Julgar mais processos que os distribuídos (Todos os segmentos)

- Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Meses	Processos Crim/Civ Dist. 1ª AUD	Processos Crim/Civ Julg/Bx/Ext 1ª AUD	Processos Crim/Civ Dist. 2ª AUD	Processos Crim/Civ Julg/Bx/Ext 2ª Aud	Processos Crim/Civ Dist. AUD SM	Processos Crim/Civ Julg/Bx/Ext AUD SM	Processos Crim/Civ Dist. AUD PF	Processos Crim/Civ Julg/Bx/Ext AUD PF	Total Distr.	Total julgados
JAN	7	3	5	7	10	2	1	3	23	15
FEV	2	4	0	7	7	5	5	13	14	29
MAR	14	6	0	8	4	10	3	8	21	32
ABR	4	4	9	11	14	7	2	8	29	30
MAI	10	4	13	4	8	3	6	5	37	16
JUN	9	7	6	8	6	2	9	6	30	23
JUL	6	7	19	10	12	5	4	3	41	25
AGO	11	12	14	15	6	7	4	7	35	41
SET	14	7	14	9	5	8	9	4	42	28
OUT	9	6	9	9	3	7	7	6	28	28
NOV	12	8	5	6	6	10	6	3	29	27
DEZ	1	6	5	8	6	7	14	3	26	24
Total	99	74	99	102	87	73	70	69	355	318

Meta 2: Julgar processos mais antigos (Todos os segmentos)

- Nos Tribunais de Justiça Militar Estaduais: "Identificar e julgar, até 31/12/2018, pelo menos 95% dos processos distribuídos até 31/12/2016 nas Auditorias Militares."

Descrição /ano	Processos Crim/Civ distribuídos 1ª AUD	Processos Crim/Civ Julgados /Bx/Ext 1ª Aud.	Processos Crim/Civ distribuídos 2ª AUD	Processos Crim/Civ Julgados /Bx/Ext 2ª Aud.	Processos Crim/Civ distribuídos AUD SM	Processos Crim/Civ Julgados /Bx/Ext AUD SM	Processos Crim/Civ distribuídos AUD PF	Processos Crim/Civ Julgados /Bx/Ext AUD PF	Total
Distribuídos em 2016	6 cíveis		8 cíveis		23 cíveis		2 cíveis		39 Cíveis
	36 criminais		69 criminais		71 criminais		34 criminais		210 Criminais
Julgados 2016		0 cíveis		0 cíveis		0 cíveis		0 cíveis	0 cíveis
		0 criminais		3 criminais		1 criminais		0 criminais	4 criminais
Distribuídos até 31/12/2016 e não julgados em 2016	6 cíveis		8 cíveis		23 cíveis		2 cíveis		39 Cíveis
	36 criminais		66 criminais		70 criminais		34 criminais		206 criminais
Julgados em 2017		4 cíveis		5 cíveis		15 cíveis		2 cíveis	26 cíveis
		22 criminais		22 criminais		42 criminais		20 criminais	106 criminais
Julgados em 2018		2 cíveis		3 cíveis		6 cíveis		0 cíveis	11 cíveis
		10 criminais		36 criminais		25 criminais		13 criminais	84 criminais
Pendentes que não foram julgados em 2018	0 cíveis		0 cíveis		2 cíveis		0 cíveis		2 cíveis
	4 criminais		8 criminais		3 criminais		1 criminais		16 criminais
Total	Distribuídos 6 cíveis 36 crime	Julgados 6 cíveis 32 crime	Distribuídos 8 cíveis 69 crime	Julgados 8 cíveis 61 crime	Distribuídos 23 cíveis 71 crime	Julgados 21 cíveis 68 crime	Distribuídos 2 cíveis 34 crime	Julgados 2 cíveis 33 crime	Distribuídos 39 cíveis 210 crime Julgados 37 cíveis 194 crime
Não julgado	4 crime	0	8 crime	0	2 cíveis 3 crime	0	1	0	16
Percentual cumprimento	90,47 %		89,61 %		94,68 %		97,22%		92,99 %

Meta 4: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (STJ, Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça Militar da União e dos Estados)

- Nos Tribunais de Justiça Militar Estaduais: "Identificar e julgar, até 31/12/2018, as ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau."

Meses	Processos Crim/Civ Distribuídos 1ª AUD.	Processos Crim/Civ Julgados 1ª AUD.	Processos Crim/Civ Distribuídos 2ª AUD.	Processos Crim/Civ Julgados 2ª AUD.	Processos Crim/Civ Distribuídos AUD. SM	Processos Crim/Civ Julgados AUD. SM	Processos Crim/Civ Distribuídos AUD. PF	Processos Crim/Civ Julgados AUD. PF	Total
Distribuídos 2016	4		13		5		10		32
Julgados 2016		0		1		0		0	1
Julgados 2017		4		2		5		5	16
Pendentes de julgamento em 1/1/2018	0		10		0		5		15
JAN		0		0		0		0	0
FEV		0		1		0		1	2
MAR		0		1		0		1	2
ABR		0		6		0		1	7
MAI		0		0		0		0	0
JUN		0		0		0		0	0
JUL		0		0		0		0	0
AGO		0		0		0		1	1
SET		0		0		0		0	0
OUT		0		0		0		0	0
NOV		0		0		0		0	0
DEZ		0		0		0		1	1
TOTAL	4	4	13	11	5	5	10	10	32 Distribuídos 30 julgados
Pendentes de julgamento	0		2		0		0		
Percentual de cumprimento	100 %		84,61 %		100 %		100%		93,75 %

METAS ESPECÍFICAS PARA A JUSTIÇA MILITAR-RS

Descrição/ quadrimestre	1ª auditoria	2ª auditoria	Auditoria Santa Maria	Auditoria Passo Fundo	Total
Nº de processos de conhecimento cíveis julgados em até 150 dias no 1º grau 1º quadrimestre	9	6	11	11	37
Nº de processos de conhecimento criminais julgados em até 150 dias no 1º grau 1º quadrimestre	10	26	30	18	84
Nº total de processos de conhecimento cíveis distribuídos no período 1º quadrimestre	6	6	14	2	28
Nº total de processos de conhecimento criminais distribuídos no período de referencia 1º quadrimestre	17	21	15	9	62
Processos que ingressaram na meta saindo do período de suspensão (cíveis e criminais) 1º quadrimestre	19	29	41	29	118
Processos que saíram suspensos no período (cíveis e criminais) 1º quadrimestre	23	25	29	10	87
Nº de processos de conhecimento cíveis julgados em até 150 dias no 1º grau 2º quadrimestre	6	3	0	1	10
Nº de processos de conhecimento criminais julgados em até 150 dias no 1º grau 2º quadrimestre	11	12	20	15	58
Nº total de processos de conhecimento cíveis distribuídos no período 2º quadrimestre	4	7	8	2	21
Nº total de processos de conhecimento criminais distribuídos no período de referencia 2º quadrimestre	31	44	22	20	117
Processos que ingressaram na meta saindo do período de suspensão (cíveis e criminais) 2º quadrimestre	17	15	20	16	68
Processos que saíram suspensos no período (cíveis e criminais) 2º quadrimestre	35	51	30	22	138
Nº de processos de conhecimento cíveis julgados em até 150 dias no 1º grau 3º quadrimestre	7	15	4	3	29
Nº de processos de conhecimento criminais julgados em até 150 dias no 1º grau 3º quadrimestre	14	22	10	11	57
Nº total de processos de conhecimento cíveis distribuídos no período 3º quadrimestre	7	12	5	2	26
Nº total de processos de conhecimento criminais distribuídos no período de referencia 3º quadrimestre	26	26	10	34	96
Processos que ingressaram na meta saindo do período de suspensão (cíveis e criminais) 3º quadrimestre	20	35	13	12	80
Processos que saíram suspensos no período (cíveis e criminais) 3º quadrimestre	31	37	14	34	116
Total distribuídos 2018 (período de referencia distribuídos a partir de 2014 e que não haviam sido julgados até 01 de janeiro de 2018) SEGA e E-proc	52 crime 14 cíveis	102 crime 12 cíveis	121 crime 27 cíveis	49 crime 13 cíveis	324 crime 66 cíveis

Total julgados em 2018 – 150 dias (período contato quando permanece com o juiz) soma de crime e cíveis	57	84	75	59	275
Total suspensos 2018 conforme glossário das metas específicas na data de 31/12/2018 considerando o período de distribuição	93 crime 18 cíveis	131 crime 23 cíveis	109 crime 41 cíveis	68 crime 5 cíveis	401 crime 87 cíveis

Celeridade:

- JME: “Julgar, em até 150 dias 90% no 1º grau e em até 120 dias 95% no 2º grau, dos processos originários e recursos, ambos cíveis e criminais e os processos de natureza especial, na JME Estadual.”

Cumprimento da meta junto ao CNJ foi de 111,11%

OBS: os glossários da Metas do Poder Judiciário Nacional 2018 e Metas Específicas do Segmento Justiça Militar são aprovadas e determinadas pelo CNJ – Conselho Nacional de Justiça.

Meta Específica 1 de 2018: <u>Celeridade</u> - Justiça Militar				
<u>1º grau da JME</u> : Julgar, em até 150 dias, 90% processos originários e recursos, ambos cíveis e criminais.				
<u>2º grau da JME</u> : Julgar, em até 120 dias, 95% dos processos originários e recursos, ambos cíveis e criminais e os processos de natureza especial.				
Perguntas JME	Resultados - 1º Quadrimestre	Resultados - 2º Quadrimestre	Resultados - 3º Quadrimestre	Resultado Final da Meta
PE1.1 JME - Número de processos de conhecimento cíveis julgados em até 150 dias no 1º grau.	37	10	29	76
PE1.2 JME - Número de processos de conhecimento criminais julgados em até 150 dias no 1º grau.	84	58	57	199
PE1.3 JME - Número total de processos de conhecimento cíveis distribuídos no período de referência ao 1º grau.	28	21	26	75
PE1.4 JME - Número total de processos de conhecimento criminais distribuídos no período de referência ao 1º grau.	62	117	96	275
PE1.5 JME - Total de processos de conhecimento cíveis que ingressaram na instância e que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar à meta no 1º grau.	34	10	24	68
PE1.6 JME - Total de processos de conhecimento criminais que ingressaram na instância e que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por	84	58	56	198

passarem a se enquadrar à meta no 1º grau.				
PE1.7 ^{JME} - Total de processos de conhecimento cíveis que ingressaram na instância e saíram da meta por suspensão, por não enquadramento nos critérios da meta, ou que tenham sido distribuídos ao 1º grau a menos de 150 dias.	25	21	21	67
PE1.8 ^{JME} - Total de processos de conhecimento criminais, que ingressaram na instância e saíram da meta por suspensão, por não enquadramento nos critérios da meta, ou que tenham sido distribuídos ao 1º grau a menos de 150 dias.	62	117	95	274

Meta Específica 3 de 2018: Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes de abuso de autoridade - Justiça Militar

1º e 2º graus da JME: Identificar e julgar, até 31/12/2018, 95% das ações penais relacionadas aos crimes de abuso de autoridade, distribuídas até 31/12/2017

Perguntas JME	Resultados - 1º Quadrimestre	Resultados - 2º Quadrimestre	Resultados - 3º Quadrimestre	Resultado Final da Meta
PE3.1 ^{JME 1º Grau} Número total de processos de conhecimento em ações penais relacionadas aos crimes de abuso de autoridade distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados no PERÍODO DE REFERÊNCIA*, excluídos os que se encontravam suspensos em 31/12/2017.	12	0	0	12
PE3.2 ^{JME 1º Grau} Número total de processos de conhecimento em ações penais relacionadas aos crimes de abuso de autoridade distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2017 que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta.	0	1	1	2
PE3.3 ^{JME 1º Grau} Número total de processos de conhecimento em ações penais relacionadas aos crimes de abuso de autoridade distribuídos na instância no PERÍODO DE	0	0	10	10

REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2017 que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento.				
PE3.4 JME 1º Grau Número total de processos de conhecimento em ações penais relacionadas aos crimes de abuso de autoridade distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2017 que foram nela julgados pela primeira ou única vez.	0	1	1	2
% Cumprimento da meta no 1º Grau	0,00%	8,10%	52,63%	52,63%

Fonte: NGE-JME-RS

Porto Alegre, 19 de fevereiro de 2019.

Dionês Gabana de Souza
Servidora responsável pelo NGE

1.3 – Igualmente na intranet da JME, há um link para a Cor-G, no qual está inserido todo o processo de Arquivamento, Rearquivamento e Juntada criminal dos feitos e processos. No ano de 2017 foram dinamizadas e simplificadas as certidões de maneira a se tornar mais prático o seu preenchimento. Sendo mantidas em 2018.

The screenshot shows the top part of the SEG CORREGEDORIA interface. On the left is the logo 'SEG Sistema Eletrônico de Gestão Administrativa'. On the right is the title 'CORREGEDORIA' and a button 'VOLTAR PARA INTRANET'. Below the header is a menu with the following items:

- ⬇ Certidão de Arquivamento/Desarquivamento/Rearquivamento e Juntada Criminal
- ⬇ Encaminhamento para Arquivo de Processo Cível
- ⬇ Relatório de Descarquivados e Não Rearquivados
- 📊 Situação Prisional (Relatório: Sinópsse de Presos - BPG)

At the bottom of the menu is a blue button 'Enviar arquivo PDF' and a link '• Efetividade dos Magistrados 1º Grau'.

The screenshot shows the 'Certidão de Arquivamento, Descarquivamento, Rearquivamento e Juntada de Processos' form. At the top, there are tabs for 'Primeiro Grau' and 'Segundo Grau'. Below are dropdown menus for 'Ano:' and 'Auditoria:'. There are radio buttons for 'Arquivamento', 'Desarquivamento', 'Rearquivamento', and 'Juntada'. A blue 'Acessar' button is present. Below the form is a section titled 'Últimos Protocolos Gerados' with buttons for 'Imprimir Protocolo' and 'Ver todos os registros'.

Protocolo	Data	Processo	Tipo
<input type="checkbox"/> 31/2016	13/01/2016 09:45:49	4839-45.2013.9.21.0004 141	desarquivamento Aud. Passo Fundo
<input type="checkbox"/>	12/01/2016	468-76.2015.9.21.0002 101	desarquivamento

Eproc.

CERTIDÃO DE ARQUIVAMENTO

Certidão de Arquivamento
PROTOCOLO: 1774/2018

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO
INQUÉRITO POLICIAL MILITAR - 678-22.2018.9.21.0002
ORIGEM: SEGUNDA AUDITORIA
ENCARREGADO: FABRICIO JUNG ZANIRATTI
INDICIADO(S): SEM INDICIADOS
VOLUME(S): 1 APENSO(S): 0

Vistos em correição

O Corregedor-Geral do Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul concorda com a promoção de arquivamento do feito - realizada pelo Ministério Público e acolhida pelo Juízo, ambos com atuação no 1º grau de Jurisdição da Justiça Castrense -, razão pela qual homologa o arquivamento do Inquérito Policial Militar suprarreferido. Remeta-se o feito ao Arquivo Judicial.

Arquive-se, anotando.

Porto Alegre, 18 de Dezembro de 2018

JUIZ-CIVIL AMILCAR FAGUNDES FREITAS MACEDO
Corregedor-Geral da JME

Salienta-se, que a automatização do texto, tornou mais dinâmica a emissão da certidão de arquivamento, restando poucos campos para preenchimento da certidão, minimizou o tempo e pessoal para a realização dos termos de arquivamento, uma vez que somente uma pessoa pode realizar esse serviço. Ainda, o termo é publicado junto ao feito ou processo, ou seja: as partes em consulta, via internet, podem verificar o motivo do arquivamento.

The screenshot shows a web browser window titled "Tribunal de Justiça Militar - Internet Explorer". The address bar contains the URL: http://www.tjms.jus.br/site/conteudo/servicos/processos/detalhes_processos.asp?pTipoPesquisa=1&pGrau=1&pNro:

The page header features the logo of the "Justiça Militar" of the "ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL".

The main content is divided into two sections:

- ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL:**
 - Primeiro Grau:** 3700-67.2013.921.0002 - Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário - Segunda Auditoria
- ANDAMENTOS:**
 - A search button labeled "Certidão de arquivamento".
 - A list of filings:
 - (07/01/2015) Remessa ao TJM para correição e arquivo
 - (07/01/2015) Ato ordinatório praticado
 - (19/12/2014) Recebimento
 - (19/12/2014) Conclusão
 - (18/12/2014) Trânsito em julgado
 - (12/12/2014) Trânsito em julgado
 - (05/12/2014) Audiência de publicação da sentença absolutória

1.3.1 – No que tange aos feitos arquivados pelos magistrados de primeiro grau, conforme dispõe o artigo 14, alínea “b”, do Regimento Interno deste TJM, procedeu-se em 2017 à correição e arquivamento de 1.745 (Um mil setecentos e quarenta e cinco) feitos e processos, sendo que em 2018 foram efetuados 1.472 (Um mil quatrocentos e setenta e dois) arquivamentos de feitos e processos, distribuídos conforme quadro comparativo abaixo, representando menos 15,6%, 273 registros de arquivamento a menos em 2018 com relação a 2017.

Cabe salientar também, que em 2018 foram encaminhados 8 processos com sugestão de correição pelo Sr. Corregedor Geral, para decisão da corte do TJM, contra 19 processos em 2017, demonstrando uma queda de 40,8%, com relação a 2017, sendo que pode-se avaliar de forma positiva no tange um provável cuidado nas decisões do 1º primeiro grau, por ocasião dos encaminhamentos dos feitos e processos para arquivamento.

1.3.2 – Feitos e processos arquivados – 2016/2017/2018

Controle de Feitos Arquivados pela Corregedoria-Geral no ano de 2018.

Feitos	2016	2017	2018	Difer. e % 2017/2018	
	Arquivado	Arquivado	Arquivado	Diferença	%
Ação Penal	168	143	101	-42	-29,4
Ação Rescisória	0	0	0	0	0,0
Apelação Criminal	96	90	96	6	6,7
Apelação Cível	25	9	12	3	33,3
Agravo Regimental	0	4	0	-4	-100,0
Agravo de Instrumento	0	0	0	0	0,0
Agravo em Recur.Ordinário Exe. Pen.	1	0	0	0	0,0
Agravo de Execução da Pena	1	0	1	1	100,0
Auto de Prisão em Flagrante	3	2	0	-2	-100,0
Conflito de competência	0	2	0	-2	100,0
Conselho de Disciplina	0	0	0	0	0,0
Conselho de Justificação	0	3	1	-2	-66,7
Correição Parcial	7	19	5	-14	-73,7
Deserção	0	1	2	1	100,0
Expediente Ouvidoria	0	2	0	-2	-100,0
Embargo de Declaração Criminal	13	10	10	0	0,0
Embargo de Declaração Cível	0	13	5	-8	-61,5
Embargo Infringente e de Nulidad.Cri	10	15	3	-12	-80,0
Exceção de suspeição civil	0	1	0	-1	-100,0
Execução de Pena	5	0	1	1	100,0
Habeas Corpus	15	29	9	-20	-69,0
Habeas Data	0	0	0	0	0,0
Inquérito Policial Civil	0	0	0	0	0,0
Inquérito Policial Militar	1103	1090	974	-116	-10,6
Justificação Criminal	0	0	0	0	0,0
Inquérito Técnico	0	0	0	0	0,0
Mandado de Busca e Apreensão	0	0	0	0	0,0
Mandado de Segurança cível	4	5	1	-4	-80,0
Pedido de Busca e Apreensão	1	0	0	0	0,0
Notícia-Crime	0	0	0	0	0,0
Pedido de Prisão	0	0	0	0	0,0
Pedido de Providência	5	6	2	-4	-66,7
Pedido de Quebra de Sigilo de Dados	0	0	0	0	0,0
Procedimento Administrativo	0	0	0	0	0,0

Processo-Crime/1º Grau	0	0	0	0	0,0
Processo-Crime da Justiça Comum	0	0	0	0	0,0
Processo Ordinário Cível	15	0	11	11	100,0
Processo de Execução Cível	0	0	0	0	0,0
Processo da Justiça Federal	0	0	0	0	0,0
Quebra de Sigilo	0	0	0	0	0,0
Reabilitação	0	3	0	-3	100,0
Recurso em Sentido Estrito	2	2	1	-1	0,0
Recurso Extraordinário Cível	0	0	1	1	100,0
Recurso Especial Criminal	5	2	0	-2	-100,0
Recurso Extraordinário Crime	3	2	0	-2	-33,3
Recurso Ordinário	0	0	0	0	0,0
Recurso de Ofício	0	0	0	0	0,0
Reclamação	0	1	0	-1	0,0
Recurso Inominado	0	0	0	0	0,0
Reexame Necessário	7	6	1	-5	-83,3
Representação Notícia Criminal	282	244	222	-22	-9,0
Repres. p/Perda do Posto ou Patente	0	0	0	0	0,0
Repres. p/Perda da Graduação	15	7	1	-6	-85,7
Repres. p/declaração indignidade inco	1	0	0	1	0,0
Revisão Criminal	0	2	1	-1	-50,0
Sindicância	0	2	0	-2	-100,0
Termo Circunstanciado	55	30	11	-19	-63,3
Total de Feitos	1842	1745	1472	-273	-15,6

Fonte: Protocolo de Arquivamento da Corregedoria G.(2018 com menos 273 registros que 2017 -15,6%.)

1.3.3 – Grade dos Feitos e processos arquivados – 2018

FEITOS E PROCESSOS ARQUIVADOS NA CORREGEDORIA GERAL EM 2018 - JME				
FEITOS E PROCESSOS	SUBDIVISÕES DOS TIPOS DE PROCESSOS			TOTAL
INQUÉRITO POLICIAL MI				974
REPRESENTAÇÃO	Representação Notic. Crime	Representação Perda da Graduação	Repres. p/ declaração indignidade incompatível	223
	222	1	0	
AÇÃO PENAL				101
AÇÃO RESCISÓRIA				0
APELAÇÃO	Apelação Criminal	Apelação Cível		108
	96	12		
AGRAVO REGIMENTAL				0
CONFLITO DE COMPETÊNCIA				0
AGRAVO DE INSTRUMENTO				0
CONSELHO DE DISCIPLINA				0
CONSELHO DE JUSTIFICAÇÃO				1
CORREIÇÃO PARCIAL				5
DESERÇÃO				2
EMBARGOS	Embargos de Declaração Crim.	Embargos infringentes	Embargos Dec. Civil	18
	10	3	5	
EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO	0		0	0
EXPEDIENTE DE OUVIDO	0			0
MANDADO DE SEGURAN	Criminal	Cível		1
	0	1		
PROCESSO ORDINÁRIO CÍVIL				11
PROCESSO EXECUÇÃO	Processo Exec. Pena	agravo de Exec. Pena	Execução Penal	2
	0	1	1	
PEDIDO DE PROVIDÊNCI	Pedido de Providen	Pedido Busca e Apr	Pedido de Prisão	2
	2	0	0	
AUTO DE PRISÃO EM FLA				0
HABEAS CORPUS				9
HABEAS DATA				0
RECURSOS	Recurso Especial	Recurso Sentido Extr	Recurso Extraord. Cív	2
	0	1	1	
REABILITAÇÃO				0
RECLAMAÇÃO				0
REEXAME NECESSÁRIO				1
REVISÃO CRIMINAL				1
SINDICÂNCIA				0
TERMO CIRCUNSTANCIADO				11
TOTAL				1472

Fonte: Arquivamento Correg. G

1.4 – Editais para publicação e eliminação de feitos antigos, após avaliação do Projeto Memória e Comissão de avaliação permanente.

No ano de 2018, além dos trabalhos referentes aos temas já mencionados acima, **destaca-se de forma inédita** o marco inicial da elaboração dos **Editais para publicação com rol de documentos antigos arquivados para fins de eliminação, incineração**, após avaliação do Juiz responsável pelo Projeto Memória e da Comissão permanente, obedecendo a tabela de temporalidade da JME, conforme SPI N° 000622-07.00/12-4 e Resolução nº 162/2016/TJM-RS.

Sendo que até o final de 2018, foram elaborados 12 editais de incineração de documentos (conforme tabela abaixo), avaliados pelo juiz responsável pelo projeto memória e a comissão permanente de avaliação dos documentos a serem publicados para fins de eliminação utilizando o método incineração, sempre observando o vencimento do prazo pré-estabelecido em cada edital.

FEITOS E PROCESSOS ELIMINADOS DO ARQUIVO JUDICIÁRIO EM 2018				
FEITOS E PROCESSOS	DATA	EDITAL	QUANTIDADE DE FEITOS E PROCES.	TOTAL Kg
IPM	23/03/2018	001/2018	2225	640 kg
Proc. 2ª AUD.	24/04/2018	002/2018	586	620 kg
IPM	24/04/2018	003/2018	586	580 kg
Rec.Sent.Est	08/05/2018	004/2018	93	180 kg
Habeas Corpus	25/06/2018	005/2018	397	320 kg
IPM	01/08/2018	005/2018	1726	780 kg
Proc. Civ. 1ª Aud.	10/08/2018	007/2018	277	2.020 kg
Proc. Civ. 2ª Aud.	10/08/2018	008/2018	284	
Proc. Civ. 4ª Aud.	10/08/2018	009/2018	38	
Proc. Civ. 3ª Aud.	10/08/2018	010/2018	210	
Proc. Crim.2ªAud.	19/10/2018	011/2018	1192	1540 kg
IPM	31/10/2018	012/2018	1879	1000 kg
TOTAL DE 12 EDITAIS			9493	7.680 KG

Fonte: Arquivo Judicial

1.41 - No dia 22 de março de 2018 foi realizada a **primeira eliminação de documentos** que se enquadram de acordo com a tabela de temporalidade, avaliação do Projeto Memória e Comissão Permanente de avaliação dos documentos a serem eliminados. Conforme Resolução nº 162/2016-TJM-RS.



- Nota acerca da eliminação de documentos e materiais constantes do Arquivo da 1ª Auditoria Militar de Porto Alegre

“O Arquivo da Justiça Militar Gaúcha, de há muito, padece de limitação física para o armazenamento de documentos e materiais.

Para equacionar o problema, criou-se a Comissão Permanente de Avaliação e Gestão de Documentos, a quem incumbe, nos termos do inciso V do artigo 4º da resolução nº 162/2016, analisar a servibilidade destes, com vistas à eliminação.

Cumprando esclarecer que não serão destruídos documentos e materiais que apresentem importância histórica à Justiça Militar Estadual – e que farão parte do Projeto Memória da Justiça Castrense Gaúcha -, bem como aqueles cuja conservação se encontra prevista na Tabela de Temporalidade de que trata o artigo 10 da Resolução nº 162/2016 do Tribunal de Justiça Militar Estadual.

Observando tais exceções, finalizou a Comissão, nesta data, a elaboração da lista de documentos e materiais que serão destruídos, os quais constam de Edital que será publicado e que concederá 45 dias para eventual impugnação, tendo sido dado, assim, importante passo na concretização do desafogamento do Arquivo da Justiça Militar Castrense.” Texto de: Dr. Amílcar Fagundes Freitas Macedo. **Galeria de Imagens: Demonstrando processo de eliminação com reaproveitamento.**



1.5 – Inspeções Ordinárias e Virtuais em 2018

1.5.1 – Auditorias ordinárias realizadas pela Cor-G (Meta CNJ)

De acordo com o que prevê o artigo 14 parágrafo VI do Regimento Interno do Tribunal de Justiça Militar do RS. A inspeção *in loco* de correição foi realizada junto ao cartório da 1ª Auditoria de Justiça Militar-RS, pela equipe da Corregedoria Geral da JME, sob a coordenação do Sr. Juiz Civil - Dr. Amilcar Fagundes Freitas Macedo - Corregedor Geral da JME, nos termos do Ofício nº 157/2018/CGJM. Sei-1345-1 de 12/12/2018.

1.5.1.1 No dia 17 de dezembro de 2018, foi realizada, a **inspeção/correições *in loco*** na **1ª Auditoria da Justiça Militar do Estado**, situada em Porto Alegre. Quando uma equipe liderada pelo Sr. Corregedor Geral, iniciou a inspeção na 1ª Auditoria. Importante destacar que as inspeções *in loco* servem para fiscalizar as metas estabelecidas pelos Tribunais e coordenadas pelo CNJ, sobretudo aquelas que contribuem para a celeridade do processo, bem como propiciar a oitiva dos magistrados e servidores acerca das estruturas físicas e tecnológicas disponíveis para o bom exercício das atividades, bem como constatar as necessidades das auditorias militares da JME/RS. sendo que as condições encontradas e o resultado desta inspeção constam em relatório elaborado pela Corregedoria Geral e postado e disponibilizado no site do Tribunal de Justiça Militar do RS, podendo ser acessado no link. <https://www.tjmrs.jus.br/conheca/corregedoria/publicacoes/inspecoes-tab>

1.5.1.2 – No dia 18 de dezembro de 2018, foi realizada, a **inspeção/correições *in loco*** na **2ª Auditoria da Justiça Militar do Estado**, situada em Porto Alegre. Quando uma equipe liderada pelo Sr. Corregedor Geral, iniciou a inspeção na 2ª Auditoria. Importante destacar que as inspeções *in loco* servem para fiscalizar as metas estabelecidas pelos Tribunais e coordenadas pelo CNJ, sobretudo aquelas que contribuem para a celeridade do processo, bem como propiciar a oitiva dos magistrados e servidores acerca das estruturas físicas e tecnológicas disponíveis para o bom exercício das atividades, bem como constatar as necessidades das auditorias militares da JME/RS. sendo que as condições encontradas e o resultado desta inspeção constam em relatório elaborado pela Corregedoria Geral e postado e disponibilizado no site do Tribunal de Justiça Militar do RS, podendo ser acessado no link. <https://www.tjmrs.jus.br/conheca/corregedoria/publicacoes/inspecoes-tab>

Diante de outros compromissos que impediram que se realizasse deslocamento para o interior do Estado, e ao mesmo visando o princípio da economicidade e sem deixar de atender o que prevê as metas do CNJ (até 50% das Auditorias), em 2018 foram inspecionadas *in loco* a 1ª e 2ª Auditorias situadas em Porto Alegre, publicadas no site Portal da Transparência da JME-RS.

1.6–Auditorias virtuais mensais realizadas pela Cor- G (Meta CNJ)

As inspeções virtuais, o seu alcance e a sua extensão, em continuidade à administração anterior, também merece destaque, pois como veremos adiante, tendo como fonte os dados constantes no Sistema Eletrônico de Gestão Administrativa (SEGA), foi possível, em curto intervalo de tempo, conferir o trabalho realizado pelas auditorias, essencialmente no sentido de assessorar os magistrados quanto à situação dos feitos e processos em curso, visando à razoável duração do processo.

A exemplo das inspeções ordinárias, que estão publicadas no sítio do TJM-RS, as inspeções virtuais também estão disponíveis no referido *site*, conforme amostragem a seguir, com a última inspeção virtual realizada em processos de cada Auditoria no ano de 2018.

<https://www.tjms.jus.br/transparencia/download/064CAC33-FB7E-4F01-8DE2-9DB65FAA303A> 1ª Auditoria - 2018

<https://www.tjms.jus.br/transparencia/download/8BB4C4AE-47BA-48FB-AF34-AB8C2E4FDCA4> 2ª Auditoria - 2018

<https://www.tjms.jus.br/transparencia/download/83B4D053-D9BF-4F79-AA04-914EDB7BEA31> Auditoria SM - 2018

<https://www.tjms.jus.br/transparencia/download/7C7B1093-05B5-42C3-A256-0B8FD1996D0E> Auditoria PF - 2018

1.7 – Provimentos publicados

Em 2018 foram elaborados dois provimentos, sendo os Provimentos nº 39/2018 referente ao expediente forense da Segunda Auditoria em 07/11/2018; e Provimento nº 40/2018 – referente a orientações sobre a lavratura do auto de prisão em flagrante delito no âmbito da JME, conforme especificações no quadro abaixo:

Nº	Assunto	Publicação
Provimento nº 39/2018	Dispõe sobre o expediente forense da Segunda Auditoria Militar no dia 07 de novembro de 2018 e dá outras providências..	DJE nº 6.380 de 31.10.2018
Provimento nº 40/2018	Orienta o procedimento a ser adotado na lavratura do auto de prisão em flagrante delito, no âmbito da Justiça Militar Estadual do Rio Grande do Sul.	DJE nº 6.383 de 06.11.2018

Fonte: CGJM-RS

1.8 – Execução de Requisições de Pequeno Valor (RPV)-2018

RPV – Quadro das Sucumbências advocatícias pagas em 2018

Auditoria	<u>Processo</u>	<u>Data pagamento</u>	<u>Valor</u>	<u>Advogado</u>
4ª Aud.	800003-71-2017.9.21.0004	27/02/2018	506,32	Suelena de Fátima Alves
2ª Aud.	0800003-14.2016.9.21.0002	11/04/2018	503,77	Jorge André Brum Rodrigues
3ª Aud.	1451-65.2015.9.21.0003	28/08/2018	1.279,53	Silvane Mussonine Cabreira
1ª Aud.	1350-38.2015.9.21.0001	29/11/2018	721,06	Vilson Farias
4ª Aud.	1000162-30.2017.9.21.0004	03/12/2018	1.566,81	Suelena de Fátima Alves

Fonte: CGJM-RS

1.9 - Portarias

Com base no artigo 14 do Regimento Interno do Tribunal Militar do Estado, foram expedidas pela Corregedoria Geral 6 portarias em 2018, conforme relação discriminada abaixo:

Portaria nº 01/2018 15/02/2018	DJE 6.205 20/02/2018	Designar a Dra. Viviane de Freitas Pereira, Juíza de Direito Substituta da Auditoria Militar de Santa Maria, para exercer jurisdição plena na Auditoria de Passo Fundo no período de 14/02 a 28/02/2018, tendo vista os 15 dias de férias da magistrada titular.	Drª. Viviane
Portaria nº 02/2018 21/02/2018	DJE 6.207 22/02/2018	Designar a Dra. Mariluce Dias Bandeira, Juíza de Direito Titular da Auditoria Militar de Passo Fundo, para, excepcionalmente, prestar jurisdição nos autos do Processo-Civil nº 1000001-23.2017.9.21.0003, que tramita na Auditoria Militar de Santa Maria.	Drª. Mariluce
Portaria nº 03/2018 08/03/2018	DJE 6.218 09/03/2018	Designar a Dra. Mariluce Dias Bandeira, Juíza de Direito Titular da Auditoria Militar de Passo Fundo, para, excepcionalmente, prestar jurisdição nos autos do Processo-Civil nº 0800001-70.2018.9.21.0003, que tramita na Auditoria Militar de Santa Maria..	Drª. Mariluce
Portaria nº 04/2018 06/04/2018	DJE 6.238 09/04/2018	Designar a Dra. Mariluce Dias Bandeira, Juíza de Direito Titular da Auditoria Militar de Passo Fundo, para, excepcionalmente, prestar jurisdição nos autos do Processo-Civil nº 0800008-62.2018.9.21.0003, que tramita na Auditoria Militar de Santa Maria..	Drª. Mariluce
Portaria nº 05/2018 12/09/2018	DJE 6.365 12/09/2018	Designar a Dra. Eliane Almeida Soares, Juíza de Direito Titular da Auditoria Militar de Santa Maria, para exercer jurisdição plena na Auditoria de Passo Fundo no período de 12/09 a 11/10/2018, tendo em vista os 30 dias de férias da magistrada titular.	Drª. Eliane
Portaria nº 06/2018 03/12/2018	DJE 6.406 10/12/2018	Designar a Dra. Viviane de Freitas Pereira, Juíza de Direito Substituta da Auditoria Militar de Santa Maria, para exercer, cumulativamente, jurisdição plena na Auditoria de Passo Fundo no período de 13/12/2018 a 11/01/2019, tendo vista os 30 dias de férias da magistrada titular.	Drª. Viviane

Fonte: CGJM-RS

1.10 - Prestação jurisdicional Auditorias JME-RS

1.10.1 - Índice de denúncias, julgamentos, absolvições e condenações de oficiais e praças em 2018 – 1º Grau – JME-RS.

DECISÕES DO 1º GRAU-JME-RS EM 2018

Situação	1ª Auditoria	2ª Auditoria	Auditoria	Auditoria	Total
	POA	POA	Santa Maria	Passo Fundo	
Oficiais					
Denunciados	5	6	9	3	23
Julgados	4	4	3	6	17
Absolvidos	3	4	4	6	17
Condenados	1	2	0	0	3
Extintos	0	1	0	0	1
Praças					
Denunciados	109	166	71	90	436
Julgados	46	92	54	50	242
Absolvidos	22	63	38	28	151
Condenados	24	26	18	22	90
Extintos	0	1	0	0	1

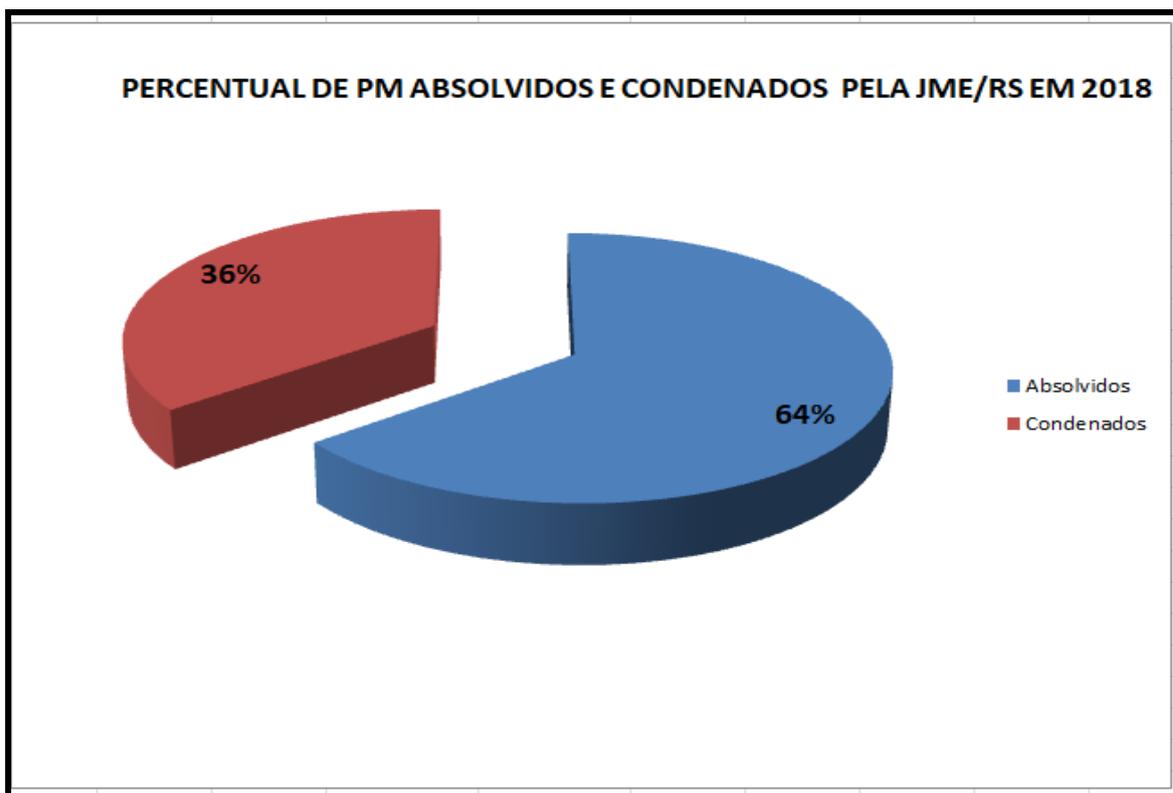
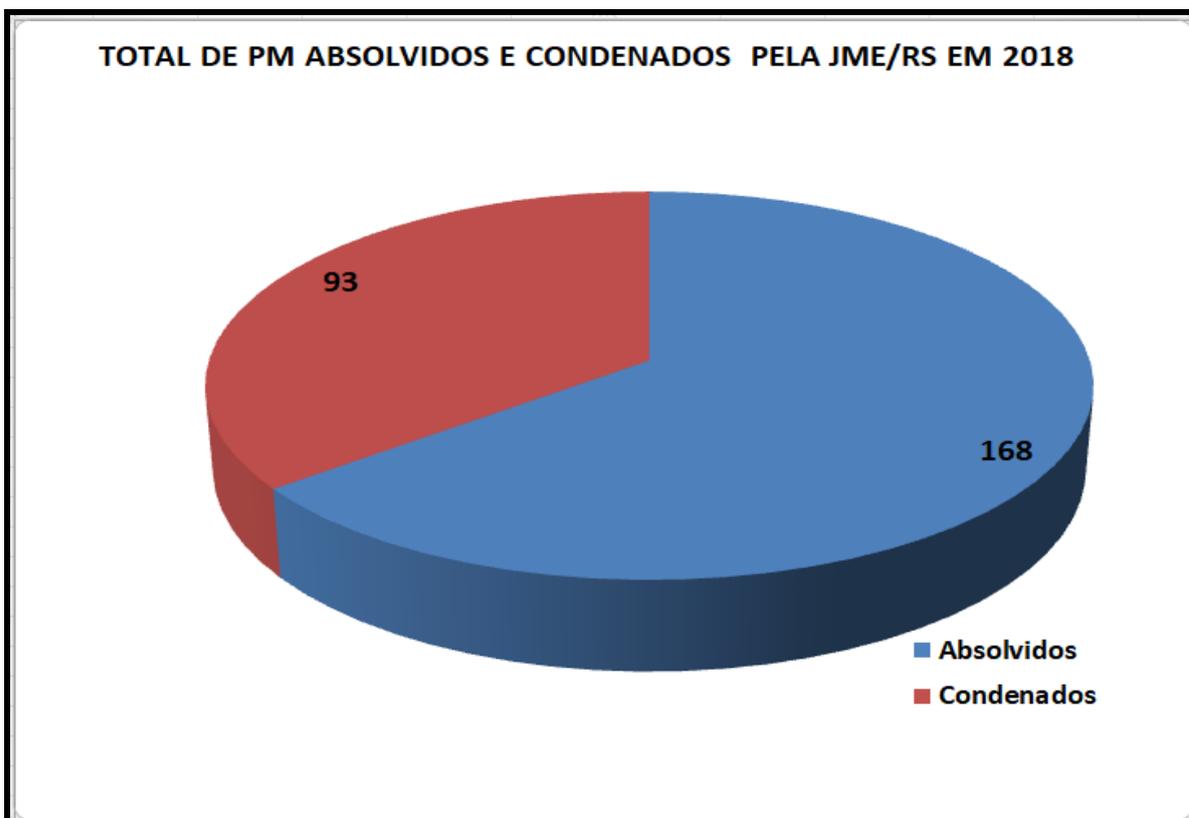
1.10.2 - Índices de condenações e absolvições em 2018.

PM ABSOLVIDOS E CONDENADOS NO 1º GRAU-JME-RS - 2018				
	Decisão	Absolvidos	Condenados	Totais
Auditoria				
	Réus	25	25	50
1ª POA	%	50%	50%	100%
	Réus	67	28	95
2ª POA	%	75,5%	29,5%	100%
	Réus	42	18	60
Santa Maria	%	70%	30%	100%
	Réus	34	22	56
Passo Fundo	%	60,7%	35,6%	100%
Total Réus	Réus	168	93	261
Total %	%	64,4%	35,6%	100%

Fonte: Dados Forenses das Auditorias Militares da JME/RS

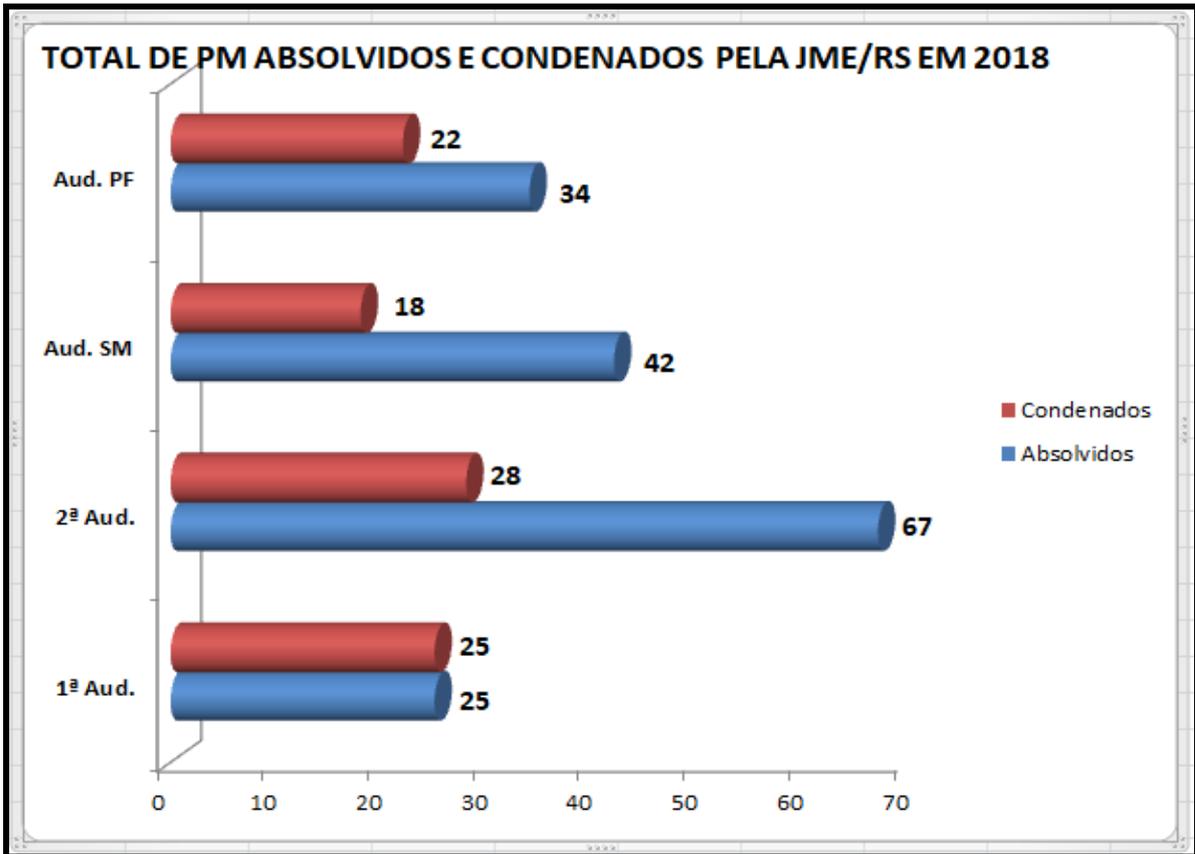
1.10.3 - Representação gráfica dos índices de absolvições e condenações na Justiça Militar do RS – 2018.

Situação em 2018

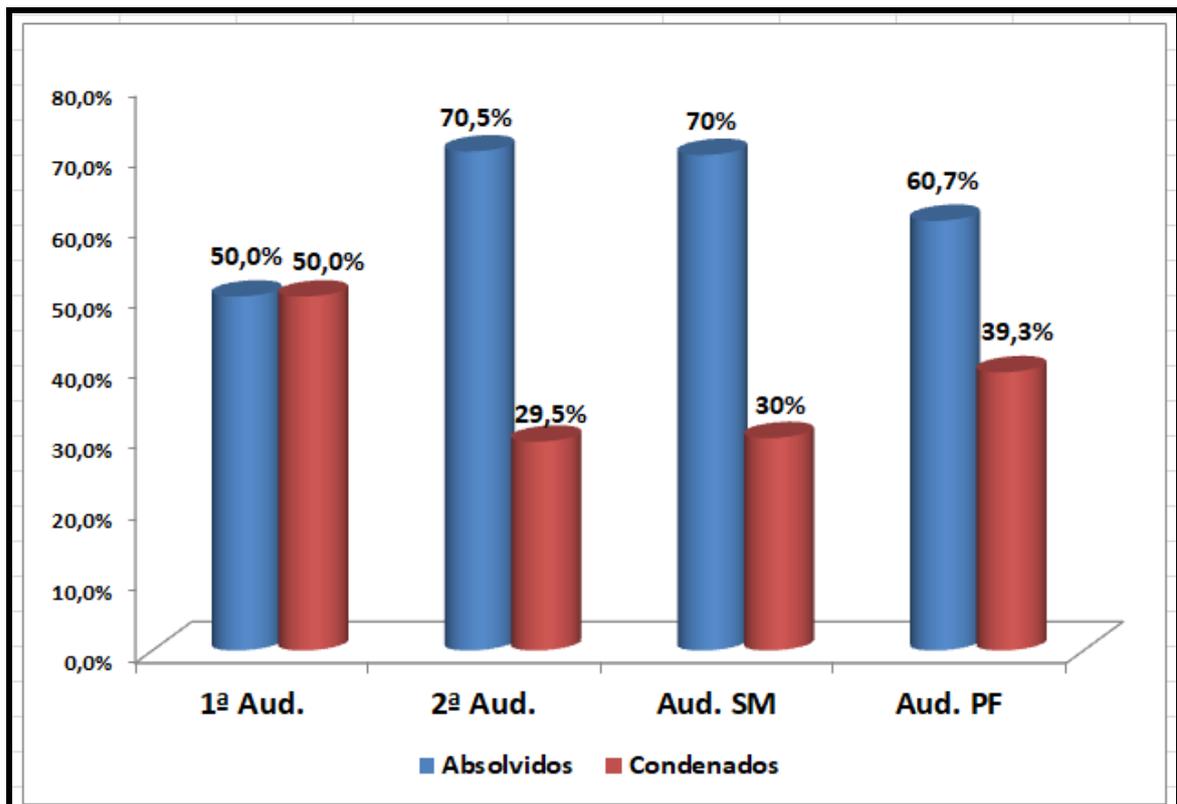


Fonte: Relatórios Forenses das Auditorias JME

NÚMERO DE ABSOLVIÇÕES E CONDENAÇÕES NAS AUDITORIAS JME-RS-2018



Percentuais de PM absolvidos e presos por Auditorias – 2018



Fonte: Relatórios Forenses das Auditorias JME

1.10.4 - Evolução das Absoluções e Condenações no

1º grau da Justiça Militar do RS, nos últimos oito anos.

Quadro quantitativo e seus percentuais de absolvições e condenações, por Auditoria nos últimos oito anos.

Anos	2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		Total Período		%Período		Total Sent
	Absol.	Cond.	Absol.	Cond.	Total Absol.	Total Cond.	% Absol.	% Cond.													
1ª Aud	73	50	86	38	83	48	77	29	102	34	64	47	41	34	25	25	551	305	64,4	35,6	856
2ª Aud	74	67	131	67	98	46	99	35	100	67	91	39	150	67	67	28	810	416	66,1	33,9	1.226
Aud.SM	123	33	123	17	97	22	71	41	103	49	67	34	75	25	42	18	701	239	74,6	25,4	940
Aud. PF	99	51	86	62	87	51	97	51	100	52	66	19	40	17	34	22	609	325	65,2	34,8	934
Total	369	201	426	184	365	167	344	156	405	202	288	139	306	143	168	93	2.671	1.285	67,5	32,5	3.956
Total	570		610		532		500		607		427		449		261		3.956		100%		3.695
% Total	64,7	35,3	69,8	30,2	68,6	31,4	68,8	31,2	66,7	33,3	67,4	32,6	68,2	31,8	64,4	35,6	67,7	32,3	67,7	32,3	100%

Fonte: Corregedoria Geral-JME-RS.

Quadro evolutivo do número de condenações absolvições nos últimos oito anos.

Anos	2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018	
Auditorias	Absol.	Cond.	Absol.	Cond.												
1ª Aud	73	50	86	38	83	48	77	29	102	34	64	47	41	34	25	25
2ª Aud	74	67	131	67	98	46	99	35	100	67	91	39	150	67	67	28
Aud.SM	123	33	123	17	97	22	71	41	103	49	67	34	75	25	42	18
Aud. PF	99	51	86	62	87	51	97	51	100	52	66	19	40	17	34	22
Totais	369	201	426	184	365	167	344	156	405	202	288	139	306	143	168	93

Fonte: Relatórios Forenses das Auditorias JME

Quadro evolutivo por do percentual do número de condenações/absoluções por Auditoria nos últimos oito anos.

Anos	2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018	
	Absol.	Cond.														
1ª Aud	59,3	40,7	69,3	30,7	63,4	36,6	62,3	37,7	0,75	0,25	55,7	42,3	54,7	43,3	50	50
2ª Aud	52,5	47,5	66,2	33,8	68,0	32,0	64,6	35,4	59,9	40,1	70	30,0	69,1	30,9	70,5	29,5
Aud.SM	78,8	21,2	87,9	12,1	81,5	18,5	57,7	42,3	67,8	32,2	67,8	32,2	75,0	25,0	70	30
Aud. PF	66,0	34,0	58,1	41,9	63,0	37,0	52,6	47,4	65,8	34,2	65,8	94,2	70,2	29,8	60,7	39,3
Totais	64,7	35,3	70,0	30,0	69,0	31,0	69,0	31,0	67,7	32,3	67,4	32,6	68,2	31,8	64,4	35,6

Fonte: Relatórios Forenses das Auditorias JME

Últimos 8 anos - Percentuais e nº de absolvições e condenações pela JME-RS

ANO	Total	Absolvido	Condenado	% Absol.	% Cond.
2011	570	369	201	64,8	35,2
2012	610	426	184	69,9	30,1
2013	532	365	167	68,6	31,4
2014	500	344	156	68,8	31,2
2015	607	405	202	66,7	33,3
2016	427	288	139	67,4	32,6
2017	449	306	143	68,2	31,8
2018	261	168	93	64,4	39,3
8 anos	3956	2671	1285	67,5	32,5

Fonte: Relatórios Forenses das Auditorias JME

1.10.5 – Análise da produtividade das Prestações jurisdicionais do 1º grau da JME.

Analisando o processo evolutivo do número de sentenças que resultaram em absolvições e condenações pela Justiça Militar do RS nos últimos (08) sete anos, percebe-se que inicialmente nos primeiros anos do parâmetro estabelecido como marco inicial do período de 8 anos, o ano de **2012** aparece com o maior número de sentenças (610), (Quadros supra) sendo 426 absolvições e 184 condenações, destacando-se a 2ª Auditoria com 198 sentenças divididas em 131 absolvições e 67 condenações. Na sequência, com o segundo maior número de sentenças aparece o ano de **2015** que totalizou 607 sentenças, sendo 405 absolvições e 202 condenações, com destaque para a 2ª Auditoria que somou 167 sentenças, sendo (100 absolvições e 67 condenações). Determinando estes dois anos, talvez com maior incidência de envolvimento de Policiais Militares em fatos que resultaram em crimes militares.

Por outro lado os últimos três anos, 2016, 2017 e 2018, foram os anos de menor número de sentenças, sendo que em 2016 somaram 427 sentenças distribuídas com 288 absolvições e 139 condenações, em 2017 foram 449 sentenças divididas em 306 absolvições 143 condenações, sendo que o ano de 2018 foi o de menor número de sentenças (261), com 168 absolvições e 93 condenações nesse período. Acreditando-se que, como fator preponderante para o baixo número de sentenças, poderão estar relacionados com a diminuição do efetivo, aliado ao baixo envolvimento de policiais em ocorrências que resultaram em crime militar, que pode ser decorrente da boa qualificação, instrução e preparação adequada para atuar dentro dos preceitos legais previsto em lei.

Os possíveis fatores influenciadores para a diminuição de policiais militares com processos judiciais nos últimos três anos, deve relacionado a baixa quantidade de efetivo policial militar, que a cada ano reduz consideravelmente com aposentadorias, mortes e saída da corporação pelos baixos salários e risco iminente de vida, pois há uma supremacia da criminalidade como um todo, numa desproporção de enfrentamento com os delinquentes, pois rotineiramente criminosos agem em bando e fortemente armados. A reposição dos que entram é ínfima em relação aos que saem. Também há de se considerar que o efetivo policial militar melhor preparado, instruído e bem orientado, tende a errar menos, além de serem conhecedores dos rigores da legislação penal militar. Trazendo como conseqüência menos processos, menos julgamentos, absolvições e condenações. O que é bom

para a Justiça Militar, que assim demonstra sua importância, eficiência, eficácia e celeridade na aplicação do processo penal militar, fazendo com que os policiais militares atuem dentro da técnica e legislação prevista, refletindo desta forma no bom desempenho da atividade policial militar junto à sociedade rio-grandense.

1.11 – Reuniões de trabalho e eventos - 2018

1.11.1 – 18 de Outubro de 2018 - Com a mudanças de funções no Corpo de Bombeiros Militar, ocorreu a troca de corregedor geral no CBM, tendo assumido a função de Corregedor Geral do CBM o Ten. Cel. Alexandre Teixeira Santos, motivo pelo qual havia agendado uma visita ao Sr. Corregedor Geral



da JME-RS. No dia 18 de outubro de 2018, o Ten. Cel. Teixeira, acompanhado do Major Marciel Venturela, esteve reunido no Gabinete do Dr. Amilcar, onde estabelece uma aproximação de diretrizes, funções e adequações as novas legislações referente a expansão de competência dos militares.

1.11.2 – Reunião do Sr. Corregedor Geral da JME com a Sra. Andrea Psicóloga do Presídio Policial Militar em Porto Alegre.

Em 18 de Outubro de 2018 - O Corregedor-Geral da JME Dr. Amilcar Fagundes Freitas Macedo, recebeu em seu gabinete a Dra. Andrea –



Psicóloga do Presídio Policial Militar de Porto Alegre. Onde conversaram a respeito da implantação das atividades para a remissão da pena, entre os quais, a remissão de pena por leitura. O objetivo é de que com a implantação de tais projetos de remissão de pena, a serem implantados pela direção do Presídio em conjunto com a Corregedoria Geral da JME e outros órgãos do Governo, mais de 90 presos possam estar trabalhando e tendo suas penas remidas pelos termos da Legislação Penal.

1.11.3 - Em 08/11/2018 - A JME - Realiza a primeira palestra promovida pela Escola Judicial Militar do TJM-RS - a Escola Judicial Militar do



TJM/RS promoveu uma palestra referente à Corrupção e a Improbidade Administrativa, ministrada pelo Dr. Aloísio Zimmer Júnior. De início, o Diretor da EJM, Juiz Militar Antonio Carlos Maciel Rodrigues, realizou um agradecimento ao palestrante, enaltecendo o fato de que esta seria a primeira palestra promovida pela Escola Judiciária Militar. o palestrante se dirigiu ao local de destaque, onde iniciou sua palestra.

Ao curso da palestra, foram abordadas as alterações legislativas contemporâneas



pertinentes à improbidade administrativa, citando as dificuldades do combate à corrupção e os erros cometidos pelos gestores públicos que acarretavam na dificuldade da administração pública.

Ao término da palestra, o Diretor da EJM convidou o Presidente da Corte

Castrense gaúcha, Juiz Militar Paulo Roberto Mendes Rodrigues, para acompanhar a



entrega de uma homenagem (uma bandeirola alusiva ao TJM e um certificado do evento) ao palestrante. Após a entrega da homenagem, o palestrante concedeu à biblioteca do TJM um exemplar de sua obra recentemente publicada "Corrupção e improbidade administrativa"

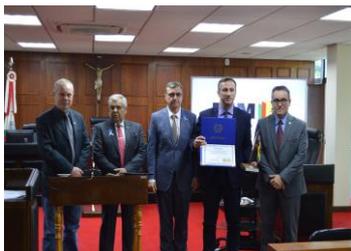
Assista a palestra na íntegra clicando [AQUI](#).

1.11.4 - Em 08/11/2018 -Na tarde dessa quinta-feira (8 de novembro) a Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul rendeu homenagem



a dois grandes ícones do atual cenário político gaúcho, Policial Federal Ubiratan Sanderson e o Ten. Cel. EB. Luciano Zucco, ambos eleitos recentemente aos cargos de Deputado Federal e Deputado Estadual, respectivamente. Sob a regência do Presidente do TJM, Juiz Militar Paulo Roberto Mendes Rodrigues e do Vice-Presidente,

Juiz Militar Antônio Carlos Maciel Rodrigues, as homenagens (uma bandeirola alusiva ao TJM, acompanhada de um certificado referente ao evento) foram entregues aos agraciados.



O Juiz Militar Sergio Antonio Berni de Brum, concedeu a referida homenagem ao Ten. Cel. Luciano Zucco, sendo seguido pela entrega da condecoração ao Policial Federal Ubiratan Sanderson, realizada pelo Corregedor-Geral, Juiz Civil Amilcar Fagundes Freitas Macedo e pelo Juiz Militar Fabio Duarte Fernandes.

1.11.5 - Em 04/12/2018 - 12ª edição do Encontro Nacional do Poder Judiciário – JME-RS homenageia o Presidente do STF e do CNJ Ministro



Dias Toffoli.

Na manhã de terça-feira (04 de dezembro-2018), a Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul (JMERS) outorgou a Comenda do Centenário do Tribunal de Justiça Militar ao Ministro Dias Toffoli,

Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

Durante a 12ª edição do Encontro Nacional do Poder Judiciário, em Foz do Iguaçu/PR, o Presidente do TJMRS, Cel. Paulo Roberto Mendes Rodrigues, e o Corregedor-Geral da JMERS, Dr. Amilcar Fagundes Freitas Macedo, realizaram a entrega da Comenda e do respectivo certificado ao homenageado.

Em discurso, o Ministro Dias Toffoli agradeceu a homenagem recebida e ressaltou a importância da Justiça Militar na manutenção da hierarquia e disciplina castrense.

Participaram da cerimônia o Corregedor Nacional de Justiça, Ministro Humberto Martins, o Conselheiro do CNJ, Valdetário Andrade Monteiro, o Presidente do STM, Dr. José Coêlho Ferreira, o Presidente do TJMSP, Paulo Prazak, o Vice-Presidente do TJMMG, Cel. Rúbio Paulino Coelho, e o secretário especial da Presidência do TJMMG, Frederico Braga Viana, e a secretária da Corregedoria do TJMMG, Flávia Imaculada. Confira a transmissão da



solenidade [aqui](#).

1.12 - Principais Eventos Comemorativos do JME-RS

1.12.1 – Aniversário de 100 anos do TJM-RS

Na tarde de segunda-feira (10 de setembro de 2018), o Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul comemorou, em Ato Solene, no Theatro São Pedro, seu aniversário de cem anos.



Durante a recepção dos convidados, em frente ao Theatro São Pedro, ocorreu a execução dos toques regulamentares às mais altas autoridades militares agraciadas, oportunidade em que o comandante-geral do Corpo de

Bombeiros Militar, Cleber Valinodo Pereira, foi o primeiro a ser recepcionado, seguido pelos agraciados: comandante-geral da Brigada Militar, Mário Yukio Ikeda, General de Brigada Fernando Telles Ferreira Bandeira, Vice-Almirante José Renato de Oliveira e o General de Exército Edson Leal Pujol.

O presidente do TJM/RS, juiz militar Paulo Roberto Mendes Rodrigues, abriu a Sessão Solene Alusiva ao Centenário da Corte Castrense Gaúcha, logo após, a Banda Centenária da Brigada Militar executou o Hino Nacional. Oportunamente, o mestre de cerimônias realizou um breve registro histórico do centenário da Corte em destaque, momento em que duas crianças da Escola Tio Chico da Brigada Militar, vestidas com fardamentos das corporações militares estaduais, conduziram o livro histórico de Atas de Julgados do TJM/RS, datado de 19 de junho 1918, depositando-o em local de destaque, e ao final desse ato, a Ata foi lida pelo mestre de cerimônias.

Na sequência o gerente da Agência Central dos Correios em Porto Alegre e o presidente do TJM/RS apresentaram o Selo Filatélico Comemorativo do Centenário do TJM/RS. Após, o Coordenador de TIC do TJM/RS, Dilnei Venturini, realizou o lançamento oficial do eproc na Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul.

Ato contínuo, o Exmo. juiz militar presidente, Paulo Roberto Mendes Rodrigues, acompanhado pelo Exmo. presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, desembargador Carlos Eduardo Zietlow Duro, pela Exma. ex-

presidente Do Superior Tribunal de Justiça, ministra Laurita Vaz e pelo jornalista, Cláudio Brito, realizaram o descerramento da Placa Alusiva ao Centenário.

Em seguida houve o deslocamento da Bandeira Nacional ao local de destaque, para que fossem entregues as comendas do Centenário, às seguintes autoridades: 1) General de Exército Edson Leal Pujol, 2) presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Carlos Eduardo Zietlow Duro, 3) Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Carlos Eduardo Thompson Flores, 4) presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, Jorge Luis Dall'Agnol, 5) presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, Vânia Cunha Mattos, 6) Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, conselheiro Iradir Pietroski, 7) juiz jubilado do TJM/RS Clóvis Antônio Soares, 8) juiz militar jubilado do TJM/RS, Antônio Codorniz de Oliveira Filho, 9) juiz militar Jubilado do TJM/RS, João Vanderlan Rodrigues Vieira, 10) juiz jubilado do TJM/RS, Geraldo Anastácio Branderbuski, 11) juiz jubilado do TJM/RS, João Carlos Bona Garcia, 12) juiz jubilado do Tribunal Octávio Augusto Simon, 13) juiz jubilado do TJM/RS, Romeu Martinelli, 14) juiz auditor titular da Justiça Militar da união, Alcides Alcaraz Gomes, 15) procurador de justiça Militar junto ao TJM/RS, Dr. Fábio Costa Pereira, 16) defensor público-geral do Estado, Cristiano Vieira Heerdt, 17) procurador-geral do Estado, Euzébio Fernando Ruschel, 18) Vice-Almirante José Renato de Oliveira, 20) presidente do TJM/SP, Paulo Antônio Prazak, 21) presidente do TJM/MG, James Ferreira Santos, 22) ministra do Superior Tribunal de Justiça, Laurita Hilário Vaz, 23) presidente da OAB/RS, Ricardo Breier, 24) prefeito municipal de Porto Alegre, Nelson Marchezan Júnior, 25) presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, Valter Luiz da Costa Nagesstein, 26) presidente da AJURIS, Vera Lúcia Deboni, 27) presidente da AMAJME, Getúlio Corrêa, 28) presidente da Associação dos Magistrados do Brasil, Jayme Martins de Oliveira Neto, 29) Sr. Cesar Ataídes Figueira Torres, 30) ex-promotor de justiça junto à JME/RS, jornalista Cláudio Brito, 31) Cel. RR Pedro Osório Rosa Lima, 32) jornalista Rogério Mendelski, 33) Dr. Antônio Augusto Mayer dos Santos, 34) ex-comandante da Brigada Miltiar, Cel. RR João Carlos Trindade Lopes, 35) comandante-geral da Brigada Militar, Cel. Mário Yukio Ikeda, 36) ministro do Superior Tribunal Militar, Péricles Aurélio Lima de Queiróz, 37) presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Cláudio Pacheco Prates Lamachia, 38) presidente da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Sérgio Hiane Harris, 39) servidora do TJM/RS Aline Sanches, 40) Servidor do TJM/RS, Alceu Bosi, 41) servidora aposentada do TJM/RS, Vivian Carla Nunes, 42)

jornalista Túlio Milmann, 43) Jornalista Telmo Flor, 44) jornalista Giovani Jarros Tumelero, 45) coronel de cavalaria da reserva do exército brasileiro, Marcelo Cantagalo dos Santos, 46) empresário Pedro Zaluski, 47) presidente da FENEME, Cel. PM/SC Marlon Jorge Teza, 48) coronel de artilharia da reserva do Exército brasileiro, Mário Luiz Rossi Machado, 49) procurador de justiça jubilado, Sérgio Luis Nasi, 50) promotora de justiça, Sandra Goldman Ruwel, 51) comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar, coronel bombeiro Cleber Valinodo Pereira, 52) ex-governador do Estado do Rio Grande do Sul, Alceu de Deus Collares, 53) ministra do Superior Tribunal Militar, Maria Elisabeth Guimarães Teixeira Rocha, 54) magnífico reitor da Pontifícia universidade Católica do Rio Grande do Sul, Evilázio Teixeira, 55) comandante de La Policía de Misiones comissário general Manuel Mártires Céspedes, 56) procuradora de justiça, Maria Cristina Cardoso Moreira de Oliveira, 57) diretor-geral da CNPC, Maurício Harger, 58) professor Antônio Holdfeldt, 59) Projeto Memória do TJM/RS, na pessoa do juiz militar Sergio Antonio Berni de Brum, 60) deputado estadual Enio Bacci, 61) deputada estadual Liziane Bayer, 62) corregedor-geral da Brigada Militar, 63) coronel Carlos Armino Thomé Marques, coronel da reserva da BM, Estanislau Waldir Wasenkeski, 64) coordenador da Bancada do Partido Democrático Trabalhista, Carlos Eduardo Serpa Pinto, 65) professor da UFRGS, José Vicente Tavares dos Santos, 66) presidente da Rede Pampa, Alexandre Alvarez Gadret, e 67) Ten. Cel. RR Aroldo Medina.

Após todas as entregas, realizaram uso da palavra os presidentes dos Tribunais Militares de Minas Gerais e de São Paulo, que prestaram uma homenagem ao TJM/RS pelo seu centenário. Também fez uso da palavra, em



nome dos agraciados, a ministra do Superior Tribunal de Justiça, Laurita Vaz. Por último, o presidente do TJM/RS realizou um discurso de agradecimento.

Ao término, após o mestre de cerimônias realizar os agradecimentos necessários, a Banda da Brigada Militar executou o Hino Riograndense, seguida pelo encerramento da sessão, proferido pelo presidente da Corte Castrense gaúcha.

1.12.2 – 170 anos da Justiça Militar do Estado do RS –

1º .08.2018

TJM comemora, em ato solene, comemora o aniversário dos 170 anos da Justiça Militar do Estado.

De início o mestre de cerimônias, Felix Alexandre Grivot Neto, apresentou a mesa de honra, composta pelos magistrados do TJM, procurador de justiça junto ao Tribunal, Dr. Fábio Costa Pereira, presidente da OAB, Dr. Ricardo Breier, subdefensor público-geral do Estado, Dr. Antônio Flávio de Oliveira, representando a AJURIS, desembargadora Lisete Andreis Sebbem, diretora-geral da Escola Superior da Advocacia, Dra. Rosângela Herzer dos Santos e a coordenadora de Pós-Graduação da Universidade de Santa Cruz do Sul, Dra. Denise Friedrich.

Após, o Sr. presidente do TJM/RS abriu os trabalhos, seguido da execução do Hino Nacional, pelo Sgt. Carlos Roberto Teixeira Ketz.

Ato contínuo foi realizada a assinatura do Convênio entre a ESA e o TJM/RS, momento em que o juiz militar presidente, Paulo Roberto Mendes Rodrigues, o presidente da OAB/RS, Dr. Ricardo Breier, e a diretora da ESA, Dra. Rosângela Herzer, assinaram o referido convênio.

Em continuidade, o coordenador de Tecnologia da Informação e Comunicação, Dr. Dilnei Venturini, apresentou o novo site do TJM/RS e explanou sobre os benefícios da nova ferramenta da Corte Castrense.

Em sequência foi realizada a entrega da Medalha Comemorativa dos 170 anos da Justiça Militar do Estado para diversas autoridades, incluindo os juízes de 1º grau, defensores públicos que atuam ou atuaram na JME/RS, juízes jubilados desta Especializada, entre outras autoridades e servidores.

A Exma. juíza substituta da Primeira Auditoria, Karina Dibi Kruehl do Nascimento, fez o uso da palavra em nome dos agraciados, oportunidade que manifestou gratidão pela honraria concedida.

Dando andamento à Sessão Solene, os juízes do TJM/RS Sr. presidente da Corte, vice-presidente, Cel. Antonio Carlos Maciel Rodrigues, e corregedor-geral, Dr. Amilcar Fagundes Freitas Macedo, acompanhados pelo juiz titular da Primeira Auditoria Militar de Porto Alegre, Dr. Francisco José de Moura Müller e pelo juiz jubilado da JME/RS, Dr. Jesus Almeida descerraram a placa em homenagem aos 170 anos da JME/RS, que será fixada em local de destaque junto ao hall de entrada do Tribunal.

O presidente da OAB/RS discursou a respeito da importância histórica da JME/RS no transcurso do seu centésimo septuagésimo aniversário.

Por fim, o presidente do TJM/RS encerrou o evento com seu discurso, falando sobre a evolução histórica da JME; a implantação do eproc, com a consequente virtualização dos processos até o final do ano; os convênios estabelecidos com a UNISC, ESA e AJURIS visando à qualificação dos recursos humanos desta JME e dos operadores de direito e, sobre as metas em andamento que visam ajudar na modernização desta justiça especializada.

1.12.3 – 1º Seminário Nacional das Justiças Militares do Brasil em Porto Alegre - RS.

Seminário ocorreu nos dias 1º e 2 de outubro de 2018 no Prédio 11 da PUC.



Foi efetivada a abertura do 1º Seminário Nacional das Justiças Militares do Brasil, que está sendo realizado, nos dias 1 e 2 de outubro, no prédio 11 da PUC/RS.

Inicialmente, foi realizada a recepção das mais altas autoridades militares presentes, no pátio do prédio 11 da PUC, sendo executadas as honras de estilo aos oficiais superiores das Forças Armadas e Brigada Militar.

O mestre de cerimônias do Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul, Felix Alexandre Grivot, anunciou as autoridades que compõem a mesa e registrou a presença das autoridades presentes do local, sendo seguido pelo Hino Nacional, executado pela Banda da Brigada Militar.

Compuseram a mesa, o presidente do TJM/RS, juiz militar Paulo Roberto Mendes Rodrigues, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, o reitor da PUC/RS, Evilázio Teixeira, comandante do Comando Militar do Sul, general de exército Geraldo Antônio Miotto, e o comandante-geral da Brigada Militar, Cel. Mário Yukio Ikeda.

Na sequência o reitor da PUC/RS, Irmão Evilázio Teixeira, realizou discurso referente ao evento, e logo após entregou uma placa em homenagem ao TJM/RS pelo seu centenário e um presente ao ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes.

O presidente do TJM/RS, juiz militar Paulo Roberto Mendes Rodrigues fez uso da palavra, oportunidade em que agradeceu as presenças, e logo após, foram entregues as comendas do 100 anos TJM às personalidades presentes.

O desembargador Getúlio Corrêa, presidente da Associação dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais fez uso da palavra, e agraciou o TJM/RS com uma placa alusiva ao centenário.

Durante o seminário, foi realizada a instalação da escola judicial militar, oportunidade em que o vice-presidente do TJM/RS, juiz militar Antonio Carlos Maciel Rodrigues tomou posse como diretor da escola, e ao fim da posse, foi realizado o descerramento da placa alusiva à instalação da Escola.

Concluindo o 1º dia do seminário o Exmo ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes, proferiu palestra referente ao tema “Estado do Direito” A seguir, foi realizado o encerramento do primeiro dia de Seminário.

Também participaram do evento, pelo TJM/RS, o corregedor-geral da JME/RS, juiz



civil Amilcar Fagundes Freitas Macedo; o juiz militar Sergio Antonio Berni de Brum; e o juiz militar Fábio Duarte Fernandes, o comandante da ALA3 da Força Aérea Brasileira, Brigadeiro do Ar Arnaldo Silva Lima Filho, a vereadora de Porto Alegre,

Comandante Nádia, o procurador-geral de justiça Fabiano Dallazen.

1.13. Conclusão

Ao término do ano de 2018, encerra-se o primeiro ano da atual gestão do biênio 2018/19, a frente da Corregedoria-Geral desta Justiça Militar do Estado do RS, sendo que, **no aspecto administrativo** procurou-se dar prosseguimento aos trabalhos rotineiros, bem como adequar sistemáticas que facilitassem a realização dos trabalhos com fluidez e eficácia de acordo com a filosofia da atual gestão.

Como fato positivo no ano de 2018, podemos salientar o alto nível de visibilidade do Tribunal de Justiça Militar e a Justiça Militar do RS como um todo, tendo em vista as comemorações dos **100 anos do TJM-RS** e **os 170 da JME-RS**, bem como os demais inúmeros eventos que se desenvolveram ao longo de todo ano de 2018, com a presença de autoridades dos mais diversos setores da sociedade governamental federal, estadual, e militares de todos os escalões e organizações militares do nosso país. Tendo a Corregedoria Geral da JME de uma

forma geral participado fortemente na contribuição com os eventos realizados, no que tange a organização e participações através do deste Corregedor Geral e seus assessores.

A Corregedoria Geral no ano de 2018 teve como principal destaque, o **marco inicial da elaboração de editais para publicação com rol de documentos (feitos e processos) antigos para fins de eliminação**, sempre após avaliação do Juiz responsável pelo projeto memória e da comissão de avaliação permanente, obedecendo a tabela de temporalidade da JME, conforme SPI nº 000622-07.00/12-4 e Resolução nº 162/2016/TJM-RS. Em levantamento feito junto ao arquivo judicial gerou-se um demonstrativo no qual, até o final do ano de 2018 foram eliminados 9.493 feitos e processos totalizando 7.680 kg de papel eliminados em forma de reaproveitamento em uma recicladora, devidamente acompanhado do responsável pelo arquivo judicial.

A questão da correição dos feitos e processos foi dada uma intensificada, na medida em que recebemos mais um servidor que também passou a atuar na correição dos arquivamentos dos feitos e processos, possibilitando um maior enfoque na questão da correição dos processos remetidos do 1º grau para arquivamento, os quais passaram a ser analisados mais criteriosamente visando dirimir qualquer dúvida na efetivação do arquivamento dos feitos e processos encaminhados a Corregedoria Geral, embora tenhamos notado a diminuição dos casos de correição em 2018 em relação a 2017.

Outro tema importante tratado em 2018 foi a “**questão prisional**” um assunto que anualmente tem sido motivo de reuniões e debates os organismos envolvidos (Direção do Presídio Policial Militar, Brigada Militar e Corregedorias da JME e BM) no sentido de buscar soluções para a superlotação e a possibilidade de geração de vagas, pois frequentemente o Presídio Policial Militar, situado em Porto Alegre, atinge a superlotação. Sabe-se que é um problema que afeta quase todo o Sistema Penitenciário do país, porém como o público carcerário do PPM é pequeno em relação aos presídios civis, a solução estaria mais próxima da realidade, na medida em que se disponibilizasse um prédio maior ou até mesmo uma obra de aumento da capacidade prisional no atual prédio de maneira que atenda a necessidade efetiva dos presos policiais militares do RS. No tocante ao que corresponde a Justiça Militar, este Corregedor Geral tem participado de reuniões com os organismos envolvidos na busca de soluções, porém ao final constata-se que há

necessidade de recursos para investimentos de maneira que se possa proporcionar um tratamento adequado ao preso policial militar, e para tal há necessidade de envolvimento das secretarias de governo para a efetivação das soluções referentes às necessidades da questão prisional.

Na seara administrativa da Corregedoria Geral, através dos seus servidores dão seguimento as questões administrativas referentes ao 1º grau, tais como: Escala de plantão dos juízes do 1º grau, Plano de férias dos juízes do 1º grau, Reuniões técnicas, Efetividades, Inspeções in loco, e inspeções virtuais, elaboração e encaminhamento ordem pagamento RPV sucumbência advocatícia, portarias, provimentos, arquivamentos, desarquivamentos, relatórios e as demandas gerais relativas as Auditorias 1º grau, entre outras atividades de rotina da Corregedoria Geral.

No âmbito da transparência, a Corregedoria-Geral contribui, na medida em que por meio das publicações no Site do TJM divulga suas atividades específicas, tais como as elaborações de: Provimentos, Portarias, Relatórios virtuais, Relatórios Anuais, Inspeções Ordinárias, Escala de Plantão, Editais de eliminação de documentos bem como a publicação das certidões arquivamento, dando visibilidade ao processo de transparência das atividades da Justiça Militar, prestando contas e informação à sociedade.

Desta forma, ao término do ano 2018, dentro das atribuições da Corregedoria Geral da JME, comemoramos com sucesso na medida em que se atingiram alguns objetivos propostos, sempre com o intuito de avançar para o bom andamento dos trabalhos e atingimento de metas, fruto do esforço e dedicação de todos os servidores responsáveis pelas atividades desenvolvidas na JME-RS e mais especificamente na Corregedoria Geral da JME-RS, objetivando contribuir desta forma com a produtividade, celeridade e transparência da Justiça Militar do RS.

É o relatório que submeto à elevada consideração de Vossa Excelência e do Colendo Tribunal de Justiça Militar do Estado.

Porto Alegre, 12 de fevereiro de 2019.

**Juiz Civil - AMILCAR FAGUNDES FREITAS MACEDO
Corregedor-Geral da JME**